

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	18
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	31

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	90
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	91
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	92

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	640.714
Preferenciais	392.783
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2016	Dividendo	28/04/2016	Ordinária		0,31220
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2016	Dividendo	28/04/2016	Preferencial		0,31220
Reunião do Conselho de Administração	19/05/2016	Dividendo	03/06/2016	Ordinária		0,09014
Reunião do Conselho de Administração	19/05/2016	Dividendo	03/06/2016	Preferencial		0,09014
Reunião do Conselho de Administração	19/05/2016	Juros sobre Capital Próprio	03/06/2016	Ordinária		0,13578
Reunião do Conselho de Administração	19/05/2016	Juros sobre Capital Próprio	03/06/2016	Preferencial		0,13578

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	8.527.090	8.761.750
1.01	Ativo Circulante	1.782.931	1.910.604
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	199.845	76.687
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.554	543
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	198.291	76.144
1.01.03	Contas a Receber	162.671	153.802
1.01.03.01	Clientes	162.671	153.802
1.01.06	Tributos a Recuperar	46.004	111.064
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	46.004	111.064
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais	46.004	111.064
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.374.411	1.569.051
1.01.08.03	Outros	1.374.411	1.569.051
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	72.883	56.813
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	1.206.396	1.160.951
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a receber	60.187	58.257
1.01.08.03.04	Outras contas a receber	29.644	29.691
1.01.08.03.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	258.133
1.01.08.03.06	Outros ativos	5.301	5.206
1.02	Ativo Não Circulante	6.744.159	6.851.146
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.282.396	4.412.355
1.02.01.03	Contas a Receber	12.847	12.473
1.02.01.03.01	Clientes	12.847	12.473
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.269.549	4.399.882
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	5.255	4.541
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro	4.234.392	4.369.883
1.02.01.09.05	Outras contas a receber	16.224	13.326
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	13.678	12.132
1.02.02	Investimentos	2.420.138	2.395.357
1.02.02.01	Participações Societárias	2.420.138	2.395.357
1.02.03	Imobilizado	21.210	22.805
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.210	22.805
1.02.04	Intangível	20.415	20.629
1.02.04.01	Intangíveis	20.415	20.629
1.02.04.01.02	Intangível	20.415	20.629

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	8.527.090	8.761.750
2.01	Passivo Circulante	447.106	994.837
2.01.02	Fornecedores	12.813	30.528
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.813	30.528
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.845	22.035
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.845	22.035
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.845	22.035
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	341.059	862.089
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.658	625.816
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.632	6.612
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	26	619.204
2.01.04.02	Debêntures	334.401	236.273
2.01.05	Outras Obrigações	81.389	80.185
2.01.05.02	Outros	81.389	80.185
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4	4
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	56.712	51.605
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	24.673	28.576
2.02	Passivo Não Circulante	3.786.239	3.389.848
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.181.700	2.793.312
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	340.843	41.338
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	38.045	41.338
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	302.798	0
2.02.01.02	Debêntures	2.840.857	2.751.974
2.02.02	Outras Obrigações	197.530	144.797
2.02.02.02	Outros	197.530	144.797
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	134.641	144.797
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	62.889	0
2.02.03	Tributos Diferidos	401.764	450.679
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	401.764	450.679
2.02.03.01.01	IR / CS Diferidos	140.307	185.661
2.02.03.01.02	Tributos Diferidos	261.457	265.018
2.02.04	Provisões	5.245	1.060
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.245	1.060
2.03	Patrimônio Líquido	4.293.745	4.377.065
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	417.864	740.523
2.03.04.01	Reserva Legal	253.882	253.882
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	163.982	163.982
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	322.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	239.339	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	302.704	672.506	359.364	671.291
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-16.848	-29.853	-22.377	-44.522
3.02.01	Pessoal	-8.213	-17.342	-7.011	-14.474
3.02.02	Material	-1.449	-429	-7.145	-15.751
3.02.03	Serviços de Terceiros	-5.643	-9.367	-5.411	-10.162
3.02.04	Depreciação e Amortização	-171	-342	-171	-342
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-1.372	-2.373	-2.639	-3.793
3.03	Resultado Bruto	285.856	642.653	336.987	626.769
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	31.357	109.365	58.138	118.482
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.390	-59.593	-24.559	-46.810
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-21.621	-40.118	-16.415	-32.652
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-4.317	-6.768	-4.512	-8.284
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-469	-1.443	-218	-452
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-7.983	-11.264	-3.414	-5.422
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	65.747	168.958	82.697	165.292
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	317.213	752.018	395.125	745.251
3.06	Resultado Financeiro	-100.786	-237.369	-117.523	-256.315
3.06.01	Receitas Financeiras	12.531	22.057	13.487	22.280
3.06.02	Despesas Financeiras	-113.317	-259.426	-131.010	-278.595
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	216.427	514.649	277.602	488.936
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.220	-53.757	-37.081	-46.482
3.08.01	Corrente	-3.393	-99.111	-41.437	-11.073
3.08.02	Diferido	-5.827	45.354	4.356	-35.409
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	207.207	460.892	240.521	442.454
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	207.207	460.892	240.521	442.454
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,20049	0,44595	0,23273	0,42811

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99.01.02	PN	0,20049	0,44595	0,23273	0,42811
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,20049	0,44595	0,23273	0,42811
3.99.02.02	PN	0,20049	0,44595	0,23273	0,42811

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	207.207	460.892	240.521	442.454
4.03	Resultado Abrangente do Período	207.207	460.892	240.521	442.454

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	755.683	806.749
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	89.136	74.013
6.01.01.01	Resultado do Período	460.892	442.454
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-168.958	-165.292
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1.785	794
6.01.01.04	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo sobre empréstimos e financ.	-79.702	97.048
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	216.485	253.510
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social	53.757	46.482
6.01.01.07	Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	4.185	0
6.01.01.08	Tributos Diferidos	-3.562	-943
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-517.041	-521.004
6.01.01.10	Receita de Construção e Indenização	707	-11.226
6.01.01.11	(Reversão) provisão para Parcela Variável	-1.561	4.768
6.01.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	122.149	-72.578
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	666.547	732.736
6.01.02.01	(Aumento) redução no saldo de Clientes	-7.682	8.802
6.01.02.02	Redução do Ativo Financeiro	606.380	581.808
6.01.02.03	Redução no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	-26.983	14.765
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-17.258	-28.802
6.01.02.07	Aumento no Saldo de Outros Ativos	-4.492	-1.362
6.01.02.08	Redução no Saldo de Fornecedores	-17.715	-9.975
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	5.107	4.205
6.01.02.10	Aumento no Saldo de Outras Contas a Pagar	-14.059	81.425
6.01.02.11	Dividendos recebidos das controladas	77.416	0
6.01.02.12	Dividendos recebidos das controladas em conjunto e coligadas	65.833	81.870
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.761	-438.011
6.02.01	Aumento no saldo de títulos e valores mobiliários	-16.784	-437.801
6.02.04	Adições no Imobilizado e Intangível	24	-210
6.02.06	Aumento de capital nas controladas	-1.001	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-614.764	-417.077
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-232.306	-137.162
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-7.645	-4.390
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-29.474	-39.834
6.03.06	Dividendos pagos	-415.818	-254.757
6.03.07	JCP pagos	-128.394	0
6.03.08	Captação de novos empréstimos	0	5.437
6.03.12	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-20.733	-22.228
6.03.13	Recebimento na liquidação de instrumentos financeiros derivativos - Principal	219.606	35.857
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	123.158	-48.339
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	76.687	64.190
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	199.845	15.851

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-322.659	-221.553	0	-544.212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-128.394	0	-128.394
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-322.659	0	0	-322.659
5.04.09	Dividendos Intercalares	0	0	0	-93.159	0	-93.159
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	460.892	0	460.892
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	460.892	0	460.892
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	417.864	239.339	0	4.293.745

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-254.757	0	0	-254.757
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-254.757	0	0	-254.757
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.454	0	442.454
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.454	0	442.454
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	333.333	442.454	0	4.412.329

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	741.443	739.570
7.01.02	Outras Receitas	741.443	739.570
7.01.02.01	Operação e Manutenção	229.378	220.110
7.01.02.02	Construção e Indenização	-707	11.226
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	517.041	521.004
7.01.02.04	Parcela Variável e Outras Receitas Operacionais	-4.269	-12.770
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-29.306	-42.542
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.564	-34.197
7.02.04	Outros	-12.742	-8.345
7.02.04.01	Despesas Gerais, administrativas e outras	-12.742	-8.345
7.03	Valor Adicionado Bruto	712.137	697.028
7.04	Retenções	-1.785	-794
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.785	-794
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	710.352	696.234
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	191.015	187.572
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	168.958	165.292
7.06.02	Receitas Financeiras	22.057	22.280
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	901.367	883.806
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	901.367	883.806
7.08.01	Pessoal	48.580	40.058
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.889	25.466
7.08.01.02	Benefícios	13.245	12.444
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.446	2.148
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	132.469	122.699
7.08.02.01	Federais	132.034	122.403
7.08.02.02	Estaduais	163	102
7.08.02.03	Municipais	272	194
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	259.426	278.595
7.08.03.01	Juros	136.783	350.558
7.08.03.03	Outras	122.643	-71.963
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	122.149	-72.578
7.08.03.03.02	Outras	494	615
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	460.892	442.454
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	128.394	0
7.08.04.02	Dividendos	93.159	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	239.339	442.454

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	8.635.375	8.862.458
1.01	Ativo Circulante	1.924.514	2.082.212
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	208.774	132.441
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.583	671
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	207.191	131.770
1.01.03	Contas a Receber	164.310	165.088
1.01.03.01	Clientes	164.310	165.088
1.01.06	Tributos a Recuperar	58.428	128.318
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	58.428	128.318
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	58.428	128.318
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.493.002	1.656.365
1.01.08.03	Outros	1.493.002	1.656.365
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	105.981	82.875
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	1.290.820	1.239.720
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a receber	59.125	38.559
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	0	258.133
1.01.08.03.05	Outras contas a receber	31.676	31.774
1.01.08.03.06	Outros ativos	5.400	5.304
1.02	Ativo Não Circulante	6.710.861	6.780.246
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.900.799	5.011.048
1.02.01.03	Contas a Receber	13.637	13.237
1.02.01.03.01	Clientes	13.637	13.237
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.887.162	4.997.811
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	6.033	5.097
1.02.01.09.04	Ativo financeiro	4.848.183	4.965.463
1.02.01.09.06	Outras contas a receber	16.474	13.489
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	16.472	13.762
1.02.02	Investimentos	1.768.437	1.725.764
1.02.02.01	Participações Societárias	1.768.437	1.725.764
1.02.03	Imobilizado	21.210	22.805
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.210	22.805
1.02.04	Intangível	20.415	20.629
1.02.04.01	Intangíveis	20.415	20.629
1.02.04.01.02	Intangível	20.415	20.629

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	8.635.375	8.862.458
2.01	Passivo Circulante	458.249	1.008.424
2.01.02	Fornecedores	14.065	33.712
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.065	33.712
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.440	24.493
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.440	24.493
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.440	24.493
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	343.522	864.554
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.121	628.281
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.095	9.077
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	26	619.204
2.01.04.02	Debêntures	334.401	236.273
2.01.05	Outras Obrigações	86.222	85.665
2.01.05.02	Outros	86.222	85.665
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4	4
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	60.552	55.229
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	25.666	30.432
2.02	Passivo Não Circulante	3.883.381	3.476.969
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.195.155	2.807.991
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	354.298	56.017
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	51.500	56.017
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	302.798	0
2.02.01.02	Debêntures	2.840.857	2.751.974
2.02.02	Outras Obrigações	205.752	153.809
2.02.02.02	Outros	205.752	153.809
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	142.863	153.809
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	62.889	0
2.02.03	Tributos Diferidos	477.179	514.109
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	477.179	514.109
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	158.317	192.796
2.02.03.01.02	Pis e Cofins diferidos	318.862	321.313
2.02.04	Provisões	5.295	1.060
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.295	1.060
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.293.745	4.377.065
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	417.864	740.523
2.03.04.01	Reserva Legal	253.882	253.882
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	163.982	163.982
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	322.659
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	239.339	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	323.357	728.330	392.192	734.718
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.353	-35.921	-25.606	-47.485
3.02.01	Pessoal	-8.996	-18.637	-7.606	-15.330
3.02.02	Material	-4.695	-4.256	-9.834	-16.677
3.02.03	Serviços de terceiros	-6.018	-10.236	-5.244	-11.087
3.02.04	Depreciação e amortização	-171	-342	-171	-342
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-1.473	-2.450	-2.751	-4.049
3.03	Resultado Bruto	302.004	692.409	366.586	687.233
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	17.847	68.902	34.943	71.110
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.533	-60.169	-24.515	-47.142
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-21.628	-40.110	-16.415	-32.652
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-4.399	-7.082	-4.331	-8.398
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-469	-1.443	-218	-452
3.04.02.04	Outras Receitas (despesas) Operacionais, Liquidas	-8.037	-11.534	-3.551	-5.640
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	52.380	129.071	59.458	118.252
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	319.851	761.311	401.529	758.343
3.06	Resultado Financeiro	-99.867	-233.654	-115.547	-252.938
3.06.01	Receitas Financeiras	13.655	26.089	15.815	26.028
3.06.02	Despesas Financeiras	-113.522	-259.743	-131.362	-278.966
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	219.984	527.657	285.982	505.405
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.777	-66.765	-45.461	-62.951
3.08.01	Corrente	-4.383	-101.244	-42.693	-13.664
3.08.02	Diferido	-8.394	34.479	-2.768	-49.287
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	207.207	460.892	240.521	442.454
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	207.207	460.892	240.521	442.454
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	207.207	460.892	240.521	442.454
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99.01.01	ON	0,20049	0,44595	0,23273	0,42811
3.99.01.02	PN	0,20049	0,44595	0,23273	0,42811
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,20049	0,44595	0,23273	0,42811
3.99.02.02	PN	0,20049	0,44595	0,23273	0,42811

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	207.207	460.892	240.521	442.454
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	207.207	460.892	240.521	442.454
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	207.207	460.892	240.521	442.454

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	716.547	859.282
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	95.992	83.577
6.01.01.01	Resultado do Período	460.892	442.454
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-129.071	-118.252
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.785	794
6.01.01.04	Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	4.235	0
6.01.01.05	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo sobre empréstimos e financ.	-79.496	97.284
6.01.01.06	Juros e variações monetárias sobre debêntures	216.485	253.510
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	66.765	62.951
6.01.01.08	Tributos diferidos	-2.451	709
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-570.150	-576.284
6.01.01.10	Receita de Construção e Indenização	-2.874	-11.835
6.01.01.11	Provisão para Parcela Variável	7.723	4.824
6.01.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	122.149	-72.578
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	620.555	775.705
6.01.02.01	(Aumento) redução no saldo de clientes	-7.345	9.489
6.01.02.02	Redução do Ativo Financeiro	639.204	618.701
6.01.02.03	(Aumento) redução no Saldo de Impostos e Contrib. Sociais Ativos Líquido do Passivo	-23.731	18.621
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-17.676	-30.253
6.01.02.07	Aumento no Saldo de Outros Ativos	-5.693	-2.318
6.01.02.08	Redução do Saldo de Fornecedores	-19.647	-13.194
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	5.323	4.484
6.01.02.10	Aumento no Saldo de Outras Contas a Pagar	-15.713	88.305
6.01.02.11	Dividendos Recebidos das controladas em conjunto e coligadas	65.833	81.870
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.018	-523.830
6.02.01	Aumento no saldo de títulos e valores mobiliários	-24.042	-523.620
6.02.03	Adições no Imobilizado e Intangível	24	-210
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-616.196	-418.660
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-233.530	-138.384
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-7.853	-4.751
6.03.05	Pagamento de debêntures - Juros	-29.474	-39.834
6.03.06	Dividendos pagos	-415.818	-254.757
6.03.07	JCP pagos	-128.394	0
6.03.08	Captação de novos empréstimos	0	5.437
6.03.11	Recebimento na liquidação de instrumentos financeiros derivativos - Principal	219.606	35.857
6.03.12	Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - Juros	-20.733	-22.228
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	76.333	-83.208
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	132.441	101.853
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	208.774	18.645

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065	0	4.377.065
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	740.523	0	0	4.377.065	0	4.377.065
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-322.659	-221.553	0	-544.212	0	-544.212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-128.394	0	-128.394	0	-128.394
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-322.659	0	0	-322.659	0	-322.659
5.04.09	Dividendos Intercalares	0	0	0	-93.159	0	-93.159	0	-93.159
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	460.892	0	460.892	0	460.892
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	460.892	0	460.892	0	460.892
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	417.864	239.339	0	4.293.745	0	4.293.745

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632	0	4.224.632
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	588.090	0	0	4.224.632	0	4.224.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-254.757	0	0	-254.757	0	-254.757
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-254.757	0	0	-254.757	0	-254.757
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.454	0	442.454	0	442.454
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.454	0	442.454	0	442.454
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	333.333	442.454	0	4.412.329	0	4.412.329

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	805.628	812.040
7.01.02	Outras Receitas	805.628	812.040
7.01.02.01	Operação e Manutenção	248.468	237.689
7.01.02.02	Construção e Indenização	2.874	11.835
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	570.150	576.284
7.01.02.04	Parcela Variável e Outras Receitas Operacionais	-15.864	-13.768
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-34.593	-44.838
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.574	-36.162
7.02.04	Outros	-13.019	-8.676
7.02.04.01	Despesas Gerais, Administrativas e outras	-13.019	-8.676
7.03	Valor Adicionado Bruto	771.035	767.202
7.04	Retenções	-1.785	-794
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.785	-794
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	769.250	766.408
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	155.160	144.280
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	129.071	118.252
7.06.02	Receitas Financeiras	26.089	26.028
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	924.410	910.688
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	924.410	910.688
7.08.01	Pessoal	49.620	40.764
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.638	25.917
7.08.01.02	Benefícios	13.471	12.663
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.511	2.184
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	154.155	148.504
7.08.02.01	Federais	153.653	148.098
7.08.02.02	Estaduais	229	212
7.08.02.03	Municipais	273	194
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	259.743	278.966
7.08.03.01	Juros	136.989	350.794
7.08.03.03	Outras	122.754	-71.828
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	122.149	-72.578
7.08.03.03.02	Outros	605	750
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	460.892	442.454
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	128.394	0
7.08.04.02	Dividendos	93.159	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	239.339	442.454

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO EM 30 DE JUNHO DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até o 2º trimestre de 2016

- ✓ Repactuação de empréstimo com o Citibank: Em 24 de março de 2016, a Companhia repactuou o Contrato B, assinado em 10 de abril de 2014, com o Citibank indexado a Libor + 0,89%, alterando a data de vencimento da dívida para 20 de setembro de 2019 e sua indexação para Libor + 1,99%. Em 29 de março de 2016, houve o pré-pagamento de parte do contrato no valor de US\$62 milhões, equivalentes a R\$229.041 naquela data. Ainda nesta data, o SWAP cambial atrelado ao contrato original foi liquidado, gerando um ganho durante todo o período para a Companhia de R\$219.606 (R\$186.665 líquido de IRRF) e um novo contrato de SWAP cambial foi assinado para proteger o saldo remanescente (USD 94.340) da dívida repactuada.
- ✓ Leilão de transmissão: Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 013/2015 para contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica, consagrando-se a TAESA vencedora do Lote "P", com um deságio de 0% e Receita Anual Permitida em R\$56.045.
- ✓ Eleição do Diretor Financeiro e de Relações como Investidores: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2016 foi deliberada a destituição do Sr. João Procópio Campos Loures Vale do cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e eleito, para o mesmo cargo, o Sr. Marcus Pereira Aucélio.
- ✓ Pagamento de dividendos: Em 28 de abril de 2016, a Companhia pagou dividendos adicionais, referentes ao exercício de 2015, no montante de R\$322.658 (R\$0,31220 por ação ON e PN).
- ✓ Eleição do Diretor Presidente: em 09 de maio de 2016, foi eleito pelo Conselho de Administração o Sr. João Procópio Campos Loures Vale, Diretor de Desenvolvimento de Negócios, para acumular o cargo de Diretor Presidente.
- ✓ Pagamento de dividendos intercalares e JCP (atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2016): Em 03 de junho de 2016, a Companhia pagou, a título de dividendos intercalares, o montante de R\$93.159 (R\$0,09014 por ação ON e PN). Na mesma data, a Companhia pagou, a título de juros sobre o capital próprio, o montante de R\$128.394 (R\$0,13578 por ação ON e PN).
- ✓ Eleição do Diretor Jurídico e Regulatório: em 22 de junho de 2016, foi eleito pelo Conselho de Administração o Sr. Luciano de Araújo Ferraz para o cargo de Diretor Jurídico e Regulatório.

Comentário do Desempenho

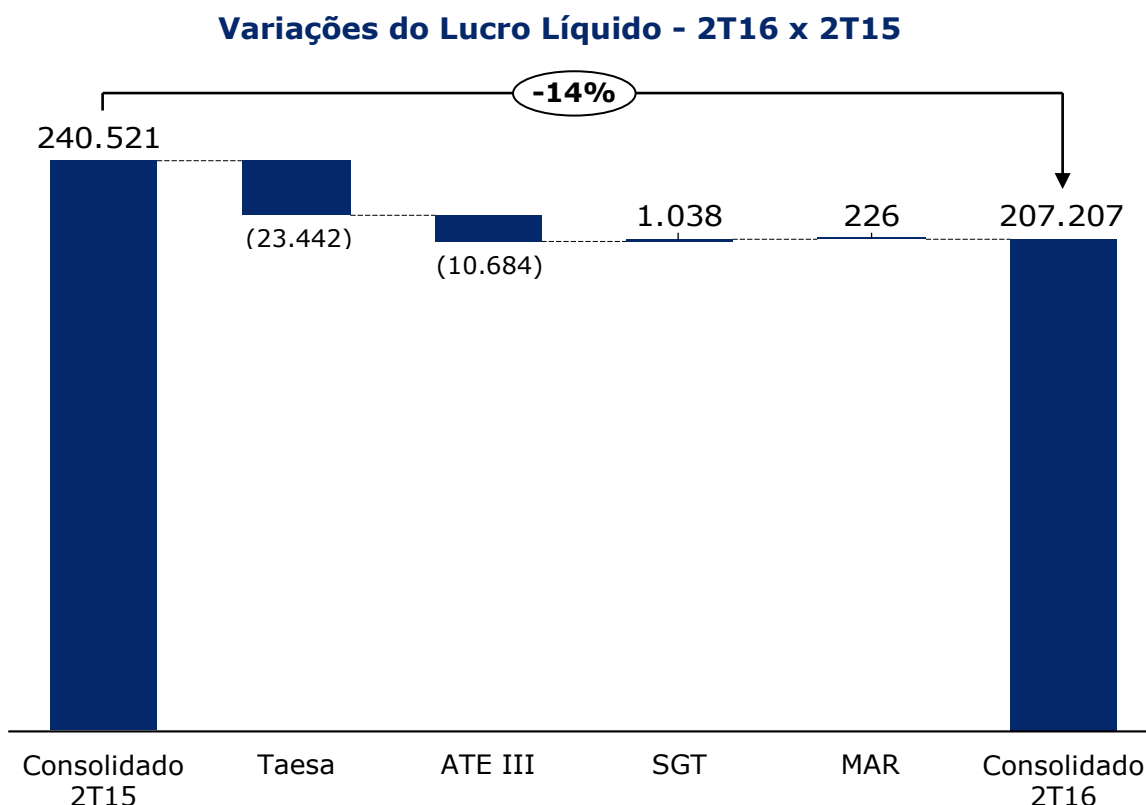
- ✓ Assinatura do contrato de concessão Leilão nº 013/2015: Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o Contrato de Concessão nº 17/2016 - ANEEL, de Miracema Transmissora de Energia S.A., sociedade propósito específico constituída para implantar, operar e manter os ativos do Lote "P" Leilão de Transmissão nº 013/2015, situados no estado de Tocantins - TO.

Comentário do Desempenho

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 2º TRIMESTRE DE 2016

1.1 Lucro líquido

A Taesa apresentou, no 2T16, um resultado consolidado de R\$207.207, apresentando uma diminuição de 13,9% em relação ao resultado de R\$240.521 alcançado no mesmo período em 2015.



Nos itens a seguir apresentaremos as principais variações e suas respectivas influências no lucro líquido do 2T16.

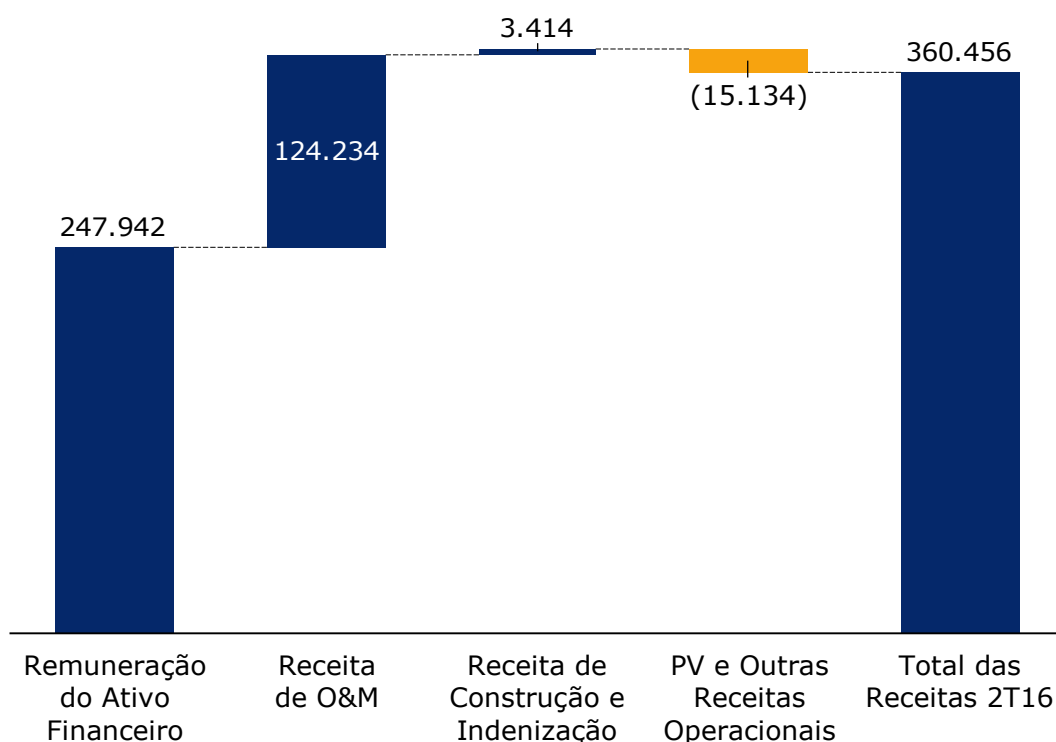
1.2 Detalhamento das Receitas

No 2T16, a Taesa alcançou uma Receita operacional bruta de R\$360.456, apresentando uma diminuição de 16,6% em relação ao mesmo período em 2015.

ROB	2T16	2T15	Var.	Var. %
Consolidado	360.456	431.960	(71.504)	-16,6%

As receitas da Taesa estão concentradas nas Receitas de O&M, Remuneração do ativo financeiro, Receita de construção e indenização, e Outras receitas. Abaixo a composição das receitas do 2T16:

Comentário do Desempenho

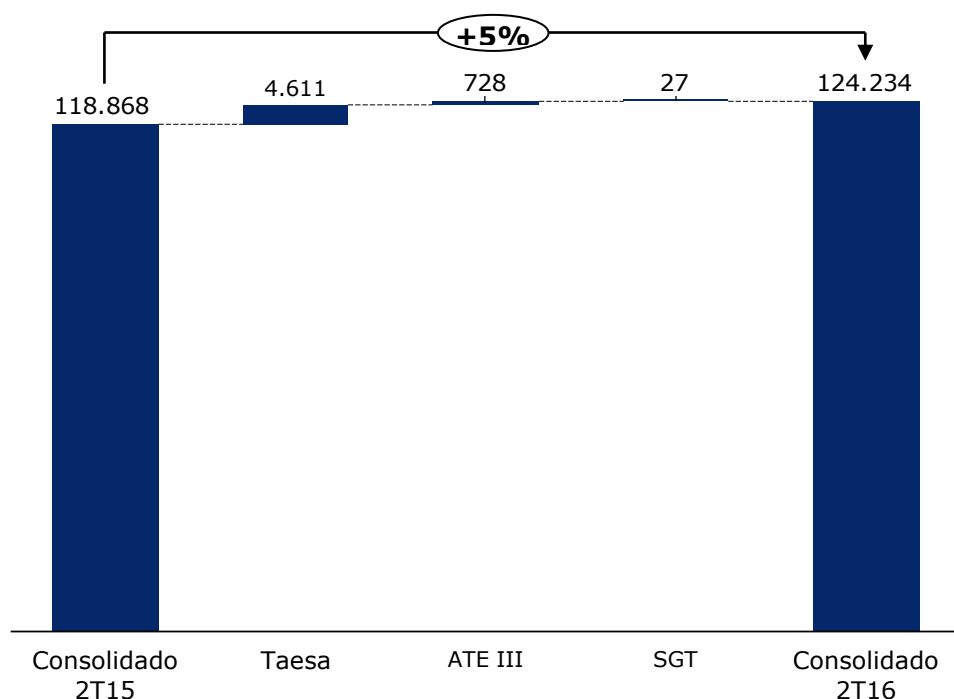


1.2.1 Receita de O&M

A receita de O&M é anualmente ajustada pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP.

Receita de O&M	2T16	2T15	Var.	Var. %
Consolidado	124.234	118.868	5.366	4,5%

Variações da Receita de O&M - 2T16 x 2T15



Comentário do Desempenho

- Reajuste anual pela inflação (IGP-M: 4,1% e IPCA: 8,5%) - conforme Resolução Homologatória nº 1.918 de 29 de junho de 2015, que estabeleceu as receitas anuais permitidas – RAPs, reajustadas para o Ciclo 2015/2016, praticadas a partir de 1º de julho de 2015.

1.2.2 Remuneração do Ativo Financeiro, Receita de Construção e Indenização

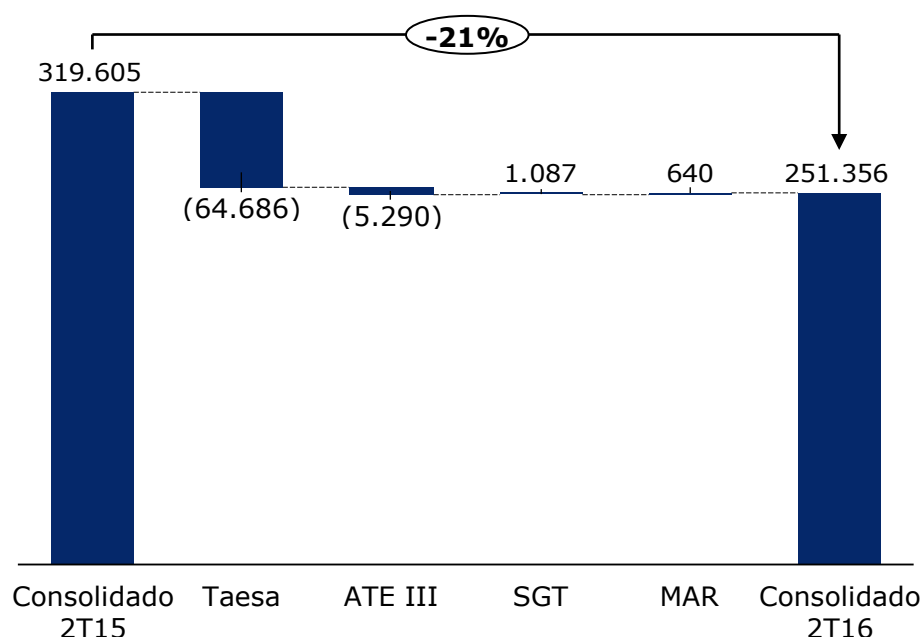
A Remuneração do ativo financeiro é a taxa de retorno do ativo financeiro multiplicada pelo saldo do ativo financeiro. A Receita de construção equivale ao valor investido na construção de um ativo acrescido de margem, conforme aplicável.

Receita	2T16	2T15	Var.	Var.%
Receita de construção e indenização	3.414	7.391	(3.977)	-53,8%
Remuneração do ativo financeiro	247.942	312.214	(64.272)	-20,6%
Consolidado	251.356	319.605	(68.249)	-21,4%

No 2T16, a receita de construção e indenização da Taesa consolidada somou R\$3.414, apresentando uma diminuição de 53,8% em relação ao mesmo período em 2015.

No 2T16, a receita de remuneração do ativo financeiro da Taesa consolidado somou R\$247.942, apresentando uma diminuição de 20,6% em relação ao mesmo período em 2015.

Variação das receitas de remuneração do ativo financeiro, construção e indenização no 2T16 x 2T15



Comentário do Desempenho

- Processo de construção da linha de transmissão da concessão Mariana;
- Reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários sobre o ativo financeiro que foi menor no 2T16 em relação ao mesmo período em 2015, devido às quedas do IGP-M e IPCA; e
- Conclusão de reforços nas concessões TSN, PATESA e NOVATRANS durante o exercício de 2015.

1.2.3 PV e outras receitas operacionais

PV e outras Receitas operacionais	2T16	2T15	Var.	Var.%
Consolidado	(15.134)	(6.513)	(8.621)	132,4%

A variação refere-se basicamente a novas provisões de parcela variável ocorridas no 2T16.

1.3 Deduções sobre a Receita Operacional Bruta

No 2T16, as deduções à Receita operacional foram de R\$37.099, apresentando uma diminuição de 6,7% sobre o mesmo período em 2015. As principais variações nas deduções à Receita operacional bruta estão descritas abaixo:

1.3.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS são calculados com a aplicação de percentuais sobre a Receita Operacional Bruta. No 2T16, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$18.211, apresentando uma redução de 23% sobre o mesmo período em 2015.

PIS e COFINS	2T16	2T15	Var.	Var.%
Consolidado	(18.211)	(23.655)	5.444	-23,0%

1.3.2 Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA

Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão dos serviços públicos (RGR), Taxa de Fiscalização (TFSEE), Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). No 2T16, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$18.852, apresentando um aumento de 17,2% sobre o mesmo período em 2015. Com exceção da RGR, TFSEE, CDE e PROINFA, cujos valores são definidos pela ANEEL e os incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento, cujo os valores são calculados com base na receita operacional líquida regulatória, os demais encargos são calculados através da aplicação de alíquotas

Comentário do Desempenho

sobre a Receita. Sendo assim, suas variações decorrem basicamente da evolução da receita.

Receita Operacional Líquida

Considerando todas as deduções da Receita operacional bruta, no 2T16, a Taesa registrou uma Receita operacional líquida no valor de R\$323.357, apresentando uma diminuição de 17,6% em relação ao mesmo período em 2015.

ROL	2T16	2T15	Var.	Var.%
Consolidado	323.357	392.192	(68.835)	-17,6%

A variação decorre das explicações anteriormente citadas para as receitas e para as deduções da receita.

1.4 Custos e Despesas

No 2T16, a Taesa registrou R\$55.886 de Custos e Despesas operacionais, apresentando um aumento de 11,5% em relação ao mesmo período de 2015.

Custos e Desp. Operacionais	2T16	2T15	Var.	Var.%
Pessoal e Administradores	(30.624)	(24.021)	(6.603)	27,5%
Material	(4.695)	(9.834)	5.139	-52,3%
Serviços de Terceiros	(10.417)	(9.575)	(842)	8,8%
Outros	(9.510)	(6.302)	(3.208)	50,9%
Total	(55.246)	(49.732)	(5.514)	11,1%
Dep/Amort	(640)	(389)	(251)	64,5%
Total	(55.886)	(50.121)	(5.765)	11,50%

Abaixo principais eventos que impactaram os custos e despesas no 2T16:

1.4.1 Pessoal e Administradores

Os impactos decorrem basicamente da atualização dos custos e despesas com pessoal proveniente do acordo coletivo, promoções, reconhecimento de méritos, admissões, despesas com rescisão de diretores e aos custos com pessoal que não foram realocados para os devidos projetos no 2T16.

1.4.2 Material

Conclusão de reforços nas concessões TSN, PATESA e NOVATRANS durante o exercício de 2015.

Comentário do Desempenho

1.4.3 Serviço de Terceiros

A variação decorreu basicamente pelo aumento de custos e despesas operacionais referentes a telecomunicações, serviços de engenharia e consultorias no 2T16.

1.4.4 Outros

A variação decorreu basicamente pelo aumento de provisões para indenizações cíveis e trabalhistas no 2T16.

1.5 Resultado de Equivalência Patrimonial

No 2T16, o resultado de equivalência patrimonial era composto pelas controladas em conjunto ETAU e Brasnorte, e pelas coligadas do Grupo TBE (vide nota explicativa nº 11).

Resultado de Equiv. Patrimonial	2T16	2T15	Var.	Var.%
ETAU	2.073	2.663	(590)	-22,2%
BRASNORTE	1.552	2.114	(562)	-26,6%
Grupo TBE	48.755	54.681	(5.926)	-10,8%
Total	52.380	59.458	(7.078)	-11,9%

- As controladas em conjunto e as coligadas foram impactadas basicamente pelo reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários sobre o ativo financeiro. No 2T16, os efeitos inflacionários foram menores em relação ao mesmo período em 2015 devido às quedas no IGP-M e IPCA.

1.6 Resultado Financeiro

No 2T16, a Taesa registrou R\$99.867 de despesa financeira líquida, apresentando uma diminuição de 13,6% em relação ao mesmo período em 2015.

Resultado Financeiro	2T16	2T15	Var.	Var. %
Receitas Financeiras				
Renda de aplicação financeira	13.655	15.815	(2.160)	-13,7%
Total das receitas financeiras	13.655	15.815	(2.160)	-13,7%
Despesas Financeiras				
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
- Empréstimos e financiamentos	36.493	15.499	20.994	135,5%
- Debêntures	(100.555)	(119.760)	19.205	-16,0%
- Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos	(47.722)	(27.009)	(20.713)	76,7%
Outras Despesas Financeiras	(1.738)	(92)	(1.646)	1789,1%
Total das despesas financeiras	(113.522)	(131.362)	17.840	-13,6%
Despesa Financeira Líquida	(99.867)	(115.547)	15.680	-13,6%

Comentário do Desempenho

Abaixo os principais eventos que impactaram o resultado financeiro do 2T16:

1.6.1 Renda de aplicação financeira

O principal fator que resultou na variação foi o volume de investimento no 2T16 ter sido inferior ao do 2T15, por consequência do pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio ao longo do 2T16.

1.6.2 Empréstimos e financiamentos

A variação decorreu basicamente pela desvalorização do dólar, que impactou o empréstimo 4.131 em moeda estrangeira com o Citibank.

1.6.3 Debêntures

No 2T16, as despesas financeiras oriundas das debêntures foram influenciadas principalmente pela queda do IPCA.

1.6.4 Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos

A variação decorreu basicamente pela desvalorização do dólar, que por sua vez gerou um saldo relativamente baixo na ponta ativa, tornando o resultado do SWAP, atrelado à dívida em moeda estrangeira, negativo.

1.6.5 Outras despesas financeiras

A variação foi impulsionada, basicamente, pelas atualizações de créditos tributários no 2T16 e pela incidência de PIS e COFINS sobre receita financeira a partir do mês de julho de 2015.

1.7 Impostos

No 2T16 a Taesa apurou uma despesa de R\$12.777, referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, apresentando uma diminuição na despesa de 71,9% em relação ao mesmo período em 2015. Os impostos correntes foram impactados pelo pagamento de JCP no 2T16, acarretando uma diminuição das provisões de IRPJ, CSLL e do incentivo do Lucro da Exploração. Os impostos diferidos foram impactados pela liquidação do contrato A do SWAP no 2T15, que acarretou em redução do diferido passivo e consequentemente diminuiu a provisão de despesa de diferido naquele período.

Segue abaixo a conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os principais itens que impactaram a alíquota efetiva da Companhia neste trimestre.

Comentário do Desempenho

CONSOLIDADO	2T16	2T15
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	219.984	285.982
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(74.795)	(97.233)
Equivalência patrimonial	17.810	20.215
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	524	28.206
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	1.279	775
JCP pago	43.654	-
Outros	(1.249)	2.576
Despesa de IRPJ e CSLL	(12.777)	(45.461)
Alíquota efetiva	6%	16%

1.8 Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde 2012. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras por 03 (três) anos consecutivos, reajustados pelo IGP-M. O contrato supracitado foi renovado por mais 2 (dois) anos. Em 12 de maio de 2016, firmou-se o sexto aditivo às propostas técnica e comercial para a prestação de serviços profissionais de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, com o objetivo de atualizar os honorários pela inflação do último exercício, sendo o montante atualizado de R\$1.858. Todos os demais termos e cronograma da proposta originalmente assinada e seus aditivos permanecem válidos e são aplicáveis para esse sexto aditivo.

As políticas da TAESA na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o período findo em 30 de junho de 2016, nossos auditores independentes não prestaram outros serviços não relacionados à auditoria.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das informações financeiras intermediárias da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS	32
2. BASE DE PREPARAÇÃO	35
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	37
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	48
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	49
6. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO	49
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	54
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS	55
9. TRIBUTOS DIFERIDOS	56
10. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	57
11. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)	58
12. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR.....	69
13. PARTES RELACIONADAS	73
14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	78
15. DEBÊNTURES	80
16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS	83
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	86
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88
19. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR	91
20. COBERTURA DE SEGUROS	92
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	92
22. RESULTADO POR AÇÃO	101
23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	101
24. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS.....	102
25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	102
26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	103
27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS	103
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	107

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, Centro, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções e comissionamento; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados.
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades.
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Bloco de controle – Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu ("FIP Coliseu").

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: ATE III, SGT, MAR e MIR.

Controladas em conjunto: ETAU e Brasnorte.

Coligadas: (a) com participação direta - EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta - STC, Lumitrans, ESDE, ETSE, Transleste, Transirapé, Transudeste; e (c) com participação direta e indireta - EBTE e ERTE. Todas as empresas são denominadas em conjunto "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores, domiciliadas no Brasil e com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, MAR, MIR, ETAU e Brasnorte), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE e ESDE) e Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé).

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos (vide nota explicativa nº 11).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
	Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação (a)	Localidade	Km (b)	SE (c)
Taesa	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.069	7
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	31/03/2006 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiânia Transmissora de Energia ("Gtesa")	30/11/2007 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	52	3
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	30/11/2007 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	146	3
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	31/05/2008 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Alagoas	383	4

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
	Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação (a)	Localidade	Km (b)	SE (c)
Controladas	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	06/06/2012 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (d)	18/12/2013 11/2014	02/05/2014 02/05/2044	100%	Minas Gerais	n/a	n/a
	Miracema Transmissora de Energia S.A. ("MIR") (e)	19/05/2016 17/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	Tocantins	n/a	n/a
Controladas em Conjunto	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte")	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Mato Grosso	402	4
Coligadas	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 042/2001	12/06/2001 20/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	927	5
	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	328	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	459	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,98%	Santa Catarina	230	4
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,98%	Santa Catarina	40	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EBTE")	31/05/2013 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	782	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
	Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	5,00%	Minas Gerais	139	2
	Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste")	17/10/2013 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	5,00%	Minas Gerais	145	2
	Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	5,00%	Minas Gerais	61	2
Total						9.803	69

(a) Participação total detida pela Taesa direta e indiretamente.

(b) Quilômetros ("km") oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

(c) As subestações ("SE") relacionadas a mais de uma concessão foram somadas e consideradas apenas uma vez.

(d) A linha de transmissão está em processo de construção e a data prevista para energização é maio de 2018.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(e) Características da linha: LT Miracema 500 kV (30 Km); LT Lajeado/Palmas 230 kV (60 Km). Ampliação SE Lajeado (Pátio 500 kV + 3x320 MVA), SE Palmas 230/138 kV = 2x200 MVA A RAP do empreendimento é R\$56.045, o custo de construção estimado é R\$283.000 e a data prevista para energização é 27 de dezembro de 2019.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A apresentação destas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Trimestrais - ITR. A Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo do Grupo TAESA e do Grupo CEMIG, acionista da Companhia. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pelo Grupo Taesa nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas controladas concentravam 42% (34% na controladora) das aplicações financeiras no Fundo Pampulha. Em 31 de dezembro de 2015 essa concentração era de 46% no consolidado e 51% na controladora.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Taesa e de entidades controladas diretamente pela ou indiretamente por meio de suas controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 11, bem como entidades estruturadas (Fundo Pampulha) acima mencionadas. O controle é obtido quando a Companhia tem poder sobre a investida, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar este poder para afetar seus retornos.

Quando necessário, as informações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo TAESA.

As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração e pelo Conselho Fiscal em 08 de agosto de 2016.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.2 Base de mensuração

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 21).

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo financeiro de concessão – Mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", em cuja composição foram observados os valores à época da realização do investimento. A TRAF sofre revisão na entrada da operação comercial da concessão.

A taxa considerada varia de 6% a 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

b) Receita de operação e manutenção - As receitas oriundas dos serviços de Operação e

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão.

c) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

d) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. São constituídas provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Companhia atua.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos – São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº8).

f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas informações intermediárias.

2.5 Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição esta que é de inteira responsabilidade do ONS.

2.6 Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas as práticas contábeis adotadas estão uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial em 10 de março de 2016, exceto pelas normas e interpretações novas e revisadas mencionadas a seguir.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

3.1.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as informações intermediárias.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- IFRS 14 – Contas regulatórias diferidas.
- Modificações à IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas ("Joint Operation").
- Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo imobilizado, ativo biológico e produto agrícola.
- Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização.
- Modificações à IAS 27 - Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.
- Modificações às IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 - Ciclos de melhorias anuais 2012-2014.
- Modificações à IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Aplicação de exceções de consolidação de entidades de investimento.

3.1.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 30 de junho de 2016.

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- Modificações à IAS 7 – Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento (a).
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas (a).
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros (b).
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou "Joint Venture" (d).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (b).
- IFRS 16 - Arrendamento mercantil (c).
- Modificações à IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2017;
- (b) 1º de janeiro de 2018;
- (c) 1º de janeiro de 2019; e
- (d) Data de vigência adiada indefinidamente.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRS anteriormente citadas, com data de adoção efetiva em 2018 e 2019, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC e CVM.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 e IFRS 16 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros e dos arrendamentos operacionais, respectivamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	1.583	671	1.555	543
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras:				
- CDBs e operações compromissadas - Fundo Pampulha	26.979	16.723	18.605	11.492
- CDBs e operações compromissadas – Demais aplicações	180.212	115.047	179.685	64.652
	207.191	131.770	198.290	76.144
	208.774	132.441	199.845	76.687

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Fundo Pampulha				
- CDBs, operações compromissadas e debêntures	28.646	29.317	19.700	20.097
- Letras financeiras - bancos privados	65.154	46.246	44.806	31.702
- Títulos públicos	14.671	9.062	10.089	6.212
- Outros	-	17	-	13
Outros	3.543	3.330	3.543	3.330
	112.014	87.972	78.138	61.354
Ativo circulante	105.981	82.875	72.883	56.813
Ativo não circulante	6.033	5.097	5.255	4.541

Em 30 de junho de 2016, a taxa média de rentabilidade das aplicações financeiras do Grupo TAESA (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) era de 102,23% do CDI no consolidado e na controladora (102,11 % do CDI no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

6. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Clientes	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Clientes	191.487	184.142	179.701	172.019
Parcela variável (a)	(13.540)	(5.817)	(4.183)	(5.744)
	177.947	178.325	175.518	166.275
Circulante	164.310	165.088	162.671	153.802
Não circulante	13.637	13.237	12.847	12.473

(a) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia nos exercícios de 2015 e 2016, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

Movimentação da parcela variável	31/12/2015	Adição	Reversão	Valores descontados	30/06/2016
Consolidado	(5.817)	(22.450)	2.051	12.676	(13.540)
Controladora	(5.744)	(11.557)	2.319	10.799	(4.183)

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/06/2016	31/12/2015
Consolidado	174.647	2.431	14.409	191.487	184.142
Controladora	163.889	2.283	13.529	179.701	172.019

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária (vide nota explicativa nº 21).

O saldo registrado no ativo não circulante no valor de R\$13.637 no Consolidado e R\$12.487 na Controladora, referem-se aos clientes que não concordaram com os valores determinados pelo ONS e cobrados pelo Grupo Taesa, na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

Mutações Ativo financeiro de concessão							
Concessão	TRAF (a)	31/12/2015	Adições (d) e (Reversões) (b) líquidas	Adiantamentos (c)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/06/2016
TSN	13%	932.931	(771)	-	77.666	(132.019)	877.807
Munirah	12%	94.093	-	-	9.471	(9.968)	93.596
Gtesa	11%	30.877	-	-	2.914	(3.246)	30.545
Patesa	11%	109.423	497	-	9.186	(8.430)	110.676
ETEO	11%	395.716	-	-	32.337	(59.175)	368.878
NVT	14%	1.450.963	(433)	-	157.235	(181.155)	1.426.610
NTE	15%	434.607	-	-	48.436	(52.568)	430.475
STE	10%	330.294	-	-	29.307	(29.860)	329.741
ATE	10%	702.254	-	-	62.329	(54.318)	710.265
ATE II	9%	1.049.676	-	-	88.160	(75.641)	1.062.195
Total controladora		5.530.834	(707)	-	517.041	(606.380)	5.440.788
Circulante		1.160.951					1.206.396
Não circulante		4.369.883					4.234.392
Mariana	6%	11.313	3.581	7.214	397	-	22.505
ATE III	7%	627.463	-	-	49.270	(38.305)	638.428
SGT	10%	35.573	-	-	3.442	(1.733)	37.282
Total consolidado		6.205.183	2.874	7.214	570.150	(646.418)	6.139.003
Circulante		1.239.720					1.290.820
Não circulante		4.965.463					4.848.183

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Mutação Ativo financeiro de concessão						
Concessão	TRAF (a)	31/12/2014	Adições (reversões) líquidas	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/06/2015
TSN	13%	987.851	6.088	90.316	(126.808)	957.447
Munirah	12%	94.235	-	9.201	(9.576)	93.860
Gtesa	11%	31.437	-	2.646	(3.119)	30.964
Patesa	11%	100.650	1.773	8.516	(7.553)	103.386
ETEO	11%	434.560	-	37.904	(56.841)	415.623
NVT	14%	1.475.062	3.020	155.584	(173.912)	1.459.754
NTE	15%	438.547	-	47.601	(50.493)	435.655
STE	10%	327.048	-	28.991	(28.680)	327.359
ATE	10%	682.946	-	58.320	(52.173)	689.093
ATE II	9%	1.019.910	345	81.925	(72.653)	1.029.527
Total controladora		5.592.246	11.226	521.004	(581.808)	5.542.668
Mariana	6%	2.770	3.769	114	-	6.653
ATE III	7%	605.035	(74)	54.253	(35.297)	623.917
SGT	6%	35.062	(3.086)	913	(1.596)	31.293
Total consolidado		6.235.113	11.835	576.284	(618.701)	6.204.531

- (a) Refere-se a média das taxas de remuneração do ativo financeiro de concessão definida na nota explicativa nº 2.4.a.
- (b) Reversão no ativo financeiro de concessão no exercício de 2016 devido às reversões de materiais destinados a manutenção da linha de transmissão, líquidas de provisão de custos a serem incorridos.
- (c) Adiantamentos a fornecedores realizados referentes a custos ainda não incorridos na construção da subestação em 30 de junho de 2016 e, portanto, ainda não constituem custo de construção nesta data.
- (d) As principais adições em 30 de junho de 2016 estão relacionadas aos reforços, às subestações e às concessões em fase de construção:

Concessão LT/SE	Descrição	Ato Legislativo	Receita estimada (RAP)	Custo de construção estimado	Previsão de conclusão e status	REIDI (*)
<u>PATESA</u> Lagoa Nova II - Açú II	Substituição dos cabos para-raios de aço por cabos tipo OPGW na LT 230 kV	Resolução Autorizativa ANEEL 5484/2015	Será estabelecida somente após a entrada em operação, durante revisão tarifaria ordinária, retroativa a data de energização	R\$5.500	Previsão para energização: setembro de 2017.	Portaria MME nº 14/ 2016 janeiro de 2016.
<u>PATESA</u> Lagoa Nova II - Açú II	Substituição dos cabos para-raios de aço por cabos tipo OPGW na LT 230 kV	Resolução Autorizativa ANEEL 5484/2015	Será estabelecida somente após a entrada em operação, durante revisão tarifaria ordinária, retroativa a data de energização	R\$4.700	Previsão para energização: setembro de 2017.	Portaria MME nº 14/ 2016 janeiro de 2016.
<u>NVT</u> Samambaia	Upgrade do Sistema SCADA - COC TAESA	Plano de Modernização de Instalações 2014-2017	Será estabelecida somente após a entrada em operação, durante revisão tarifaria ordinária, retroativa a data de energização	R\$4.100	Projeto prorrogado para 2016. Previsão para energização: 31 de outubro de 2016.	-
<u>MAR</u> LT Itabirito II Vespasiano II	Implantação de nova linha de transmissão 500 kV	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$10.990	R\$151.094	Devido a dificuldades internas da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, ocorreu atraso no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. A nova data estimada para obtenção da Licença de Instalação é março/2017 e a energização do empreendimento deverá ocorrer em maio/2018.	Portaria MME 182/2014

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

- Principais características dos contratos de concessão – encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial em 10 de março de 2016.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Não houve mudanças nos contratos neste período.

- Estrutura de formação da RAP - a Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração também varia com a sua disponibilidade das linhas de transmissão, que em 30 de junho de 2016 foi de 99,97% (99,98% em 31 de dezembro de 2015).
- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Concessão	Ciclo 2016-2017 (**)			Ciclo 2015-2016			Ciclo 2014-2015		
	Resolução 2.098 de 28/06/2016 Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017			Resolução 1.918 de 23/06/2015 Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016			Resolução 1.756 de 24/06/2014 Período: de 01/07/2014 a 30/06/2015		
	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total	Total da RAP	PA apuração	Total
TSN	494.919	(40.618)	454.301	449.086	(42.547)	406.539	425.228	4.345	429.573
Gtesa	9.216	(531)	8.685	8.238	(766)	7.472	7.892	128	8.020
Munirah	35.919	(2.629)	33.290	32.335	(3.108)	29.227	31.059	327	31.386
Patesa	23.933	(810)	23.123	18.931	(1.820)	17.111	18.184	192	18.376
ETEO	112.775	(12.394)	100.381	155.851	(14.980)	140.871	149.699	1.584	151.283
Novatrans	512.214	(37.356)	474.858	460.994	(43.786)	417.208	442.435	4.669	447.104
STE	80.334	(6.056)	74.278	72.452	(7.241)	65.211	69.537	(1.189)	68.348
NTE	151.048	(10.708)	140.340	135.672	(13.382)	122.290	130.317	(2.229)	128.088
ATE	146.729	(10.687)	136.042	132.046	(12.692)	119.354	126.834	1.337	128.171
ATE II	226.671	(16.542)	210.129	204.000	(19.619)	184.381	195.948	2.026	197.974
ATE III	112.228	(8.215)	104.013	102.660	(9.782)	92.878	94.575	2.515	97.090
SGT	5.023	25	5.048	4.595	217	4.812	4.236	46	4.282
ETAU (*)	22.362	(1.556)	20.806	20.210	(1.815)	18.395	19.412	72	19.484
Brasnorte (*)	9.629	(153)	9.476	8.841	(893)	7.948	8.150	196	8.346
ENTE (*)	110.797	(8.103)	102.694	99.737	(9.587)	90.150	95.799	1.009	96.808
EATE (*)	211.060	(16.140)	194.920	190.568	(18.318)	172.250	183.055	1.936	184.991
EBTE (*)	33.074	(2.389)	30.685	30.254	(3.790)	26.464	29.060	712	29.772
ECTE (*)	15.221	(1.305)	13.916	16.074	(1.545)	14.529	15.442	163	15.605
ETEP (*)	48.266	(3.517)	44.749	43.436	(4.173)	39.263	41.706	441	42.147
ERTE (*)	24.868	(1.820)	23.048	22.384	(2.152)	20.232	21.503	214	21.717
STC (*)	16.603	(604)	15.999	14.770	(991)	13.779	13.615	298	13.913
Lumitrans (*)	10.478	(767)	9.711	9.433	(907)	8.526	9.061	96	9.157
ESDE (*)	6.318	(278)	6.040	5.770	(398)	5.372	5.719	(27)	5.692
ETSE (*)	4.120	(291)	3.829	3.769	(67)	3.702	1.120	110	1.230
Transirapé (*)	1.445	(69)	1.376	1.301	(107)	1.194	951	9	960
Transleste (*)	2.008	(147)	1.861	1.808	(174)	1.634	1.737	18	1.755
Transudeste (*)	1.232	(90)	1.142	1.110	(107)	1.003	1.066	11	1.077
TOTAL	2.428.490	(183.750)	2.244.740	2.246.325	(214.530)	2.031.795	2.143.340	19.009	2.162.349

(*) Valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em cada período. Essas concessões são controladas em conjunto ou coligadas da Companhia, cujos resultados são incorporados às informações intermediárias da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

(**) Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.098/2016, de 28 de junho de 2016 e publicada em 30 de junho de 2016 ("REH/ANEEL nº 2.098/2016"), foram estabelecidas as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) pela disponibilização das instalações sob responsabilidade das concessionárias de serviço público de transmissão de energia, relativas ao Ciclo 2016/2017. Em análise dos documentos disponibilizados e dos valores reajustados das receitas, conforme Nota Técnica nº 209/2016-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2016, foi verificado que, para alguns contratos de concessão sob a titularidade da TAESA ou de suas controladas, foi utilizado mecanismo de atualização anual das Parcelas de Ajuste (PAs), ao invés de mensal, resultando em uma diferença, a menor, de aproximadamente R\$7,8M (efeito caixa). Dessa forma, tempestivamente, foi apresentado Pedido de Reconsideração em face da REH/ANEEL nº 2.098/2016, conforme Carta TAESA nº 273/2016, de 11 de julho de 2016, posteriormente complementada pela Carta TAESA nº 288/2016, de 19 de julho de 2016. Atualmente, aguarda-se a análise do assunto pela Diretoria da ANEEL. Essa diferença não gera impacto na mensuração do ativo financeiro de concessão ou reflexos no resultado da Companhia.

Total da RAP	Rede Básica	Rede Básica Fronteira	Demais instalações - DIT Exclusivo
Receita básica licitada - RBL	X	X	-
Receita de melhorias - RMEL	X	-	-
Receita de Novas Instalações Autorizadas - RBNI/RCDM	X	X	X
Receita dos ativos das demais concessões de transmissão licitadas - RPEC	-	-	X
PA-Apuração	Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior.		

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativo				
IRPJ e CSLL a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras e derivativos	32.351	94.803	20.916	83.337
PIS e COFINS a compensar	18.446	19.505	18.380	18.475
Impostos e contribuições retidos	6.966	13.409	6.331	8.940
Outros	665	601	377	312
	58.428	128.318	46.004	111.064
Passivo				
IRPJ e CSLL correntes	822	596	-	-
PIS e COFINS a recolher	9.805	18.230	9.403	17.986
INSS e FGTS	1.580	1.623	1.540	1.555
ISS	302	469	149	314
ICMS	1.342	2.037	197	883
Outros	589	1.538	556	1.297
	14.440	24.493	11.845	22.035

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo Taesa.

Consolidado	30/06/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
Taesa	494.335	(634.642)	(140.307)	498.719	(684.380)	(185.661)
ATE III	11.803	(24.335)	(12.532)	11.629	(13.910)	(2.281)
SGT	-	(4.171)	(4.171)	-	(3.979)	(3.979)
Mariana	-	(1.307)	(1.307)	-	(875)	(875)
Total	506.138	(664.455)	(158.317)	510.348	(703.144)	(192.796)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativo				
Crédito fiscal incorporado - ágio (a)	422.869	440.798	422.869	440.798
Diferenças temporárias (b)	78.187	61.728	71.466	57.921
Prejuízos fiscais	5.082	7.822	-	-
	506.138	510.348	494.335	498.719
Passivo				
Diferenças temporárias (b)	(664.455)	(703.144)	(634.642)	(684.380)
Saldo líquido	(158.317)	(192.796)	(140.307)	(185.661)

(a) Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(b) As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Base de cálculo 2016	30/06/2016	31/12/2015
		IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Consolidado			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	133.906	45.528	50.117
Provisão para participação nos lucros	7.258	2.468	4.702
Provisão para fornecedores	4.050	1.377	813
Provisão para parcela variável	13.541	4.604	1.978
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	5.295	1.800	926
Tributos com exigibilidade suspensa	3.012	1.024	522
Ajuste a valor de mercado - Dívida	-	-	2.670
Instrumentos Financeiros - derivativos	62.889	21.386	-
Total do ativo		78.187	61.728
Pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(2.058)	(700)	(791)
Ajuste a valor de mercado - Dívida	(3.194)	(1.086)	-
Interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.949.026)	(662.669)	(614.588)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(87.765)
Total do passivo		(664.455)	(703.144)

	Base de cálculo 2016	30/06/2016	31/12/2015
		IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
Controladora			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	123.745	42.073	46.449
Provisão para participação nos lucros	7.201	2.448	4.595
Provisão para fornecedores	4.031	1.371	806
Provisão para parcela variável	4.183	1.422	1.953
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	5.245	1.783	926
Tributos com exigibilidade suspensa	2.902	987	522
Ajuste a valor de mercado - dívida	-	-	2.670
Instrumentos Financeiros - derivativos	62.889	21.382	-
Total do ativo		71.466	57.921
Pronunciamento técnico CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(2.058)	(700)	(791)
Ajuste a valor de mercado - dívida	(3.194)	(1.086)	-
Interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.861.341)	(632.856)	(595.824)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(87.765)
Total do passivo		(634.642)	(684.380)

Consolidado	Crédito fiscal incorporado - ágio	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	Total
2016	17.928	25.066	2.489	45.483
2017	36.505	31.735	2.593	70.833
2018	30.933	-	-	30.933
2019	27.904	21.386	-	49.290
2020	19.235	-	-	19.235
2021 - 2023	61.090	-	-	61.090
2024 - 2026	74.784	-	-	74.784
2027 - 2029	89.995	-	-	89.995
2030 - 2032	46.101	-	-	46.101
2033 - 2035	12.273	-	-	12.273
2036 - 2038	6.121	-	-	6.121
	422.869	78.187	5.082	506.138

Com base em estudos técnicos, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O referido estudo é examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração no fim de cada exercício.

A Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas informações financeiras

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

intermediárias. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
PIS e COFINS diferidos - passivo (a)	318.862	321.313	261.457	265.018

(a) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo Taesa, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Cíveis (a)	5.622	4.518	4.551	4.400
Fiscais (b)	10.724	9.136	9.019	7.625
Trabalhistas	126	108	108	107
	16.472	13.762	13.678	12.132

As descrições dos principais processos encontram-se a seguir:

(a) Cíveis

Faixa de servidão - depósitos efetuados pela Taesa e ATE III. O saldo registrado em 30 de junho de 2016 era de aproximadamente R\$1.056 (R\$1.137 em 31 de dezembro de 2015).

Taxa de compensação IBAMA - ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da ATE e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, objetivando impedir a operação da linha de transmissão Londrina - Araraquara, bem como a concessão da licença de operação sem a devida regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração, revisão ou implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação atingidas pelo empreendimento. O depósito judicial decorre de ordem judicial para que fosse oferecida compensação ambiental. A ATE poderá levantar esse depósito assim que finalizada a ação judicial, com o reconhecimento de que cumpriu com as obrigações de regularização fundiária e ambiental. O saldo registrado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.088.

Consórcio Colinas - no decorrer do exercício de 2008, as empresas que participavam do Consórcio Colinas, contratado para a construção das linhas de transmissão, entraram em litígio e, conseqüentemente, os assessores jurídicos externos da ATE II decidiram efetuar a liquidação das contas a pagar decorrentes de prestação de serviços mediante depósito judicial, no montante de R\$1.663 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Esse valor está registrado no balanço da Companhia, na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, no mesmo montante.

(b) Fiscais

PIS e COFINS - NTE - embargos à execução fiscal interpostos pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos fiscais relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário 2004. O saldo registrado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$3.474.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

IPI - TSN - ação anulatória de débito fiscal de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. O saldo registrado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$771.

ICMS - ATE III - depósito para garantir a Execução Fiscal nº 20081093669-9, na qual se cobra a diferença do ICMS recolhido pela ATE III quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à empresa pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não foi obtida sentença. O saldo registrado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.338.

CSLL, PIS e COFINS - NTE - embargos à execução fiscal interpostos pela NTE em 2013, com o objetivo de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos à CSLL, ao PIS e à COFINS. O saldo registrado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$736.

CSRF, IRRF, PIS, COFINS e CSLL - NTE - ação cautelar interposta pela NTE em 2013, com pedido de liminar, com o fito de realizar depósito judicial para a suspensão da exigibilidade do débito nos termos do artigo 151, II, do CTN - Código Tributário Nacional, para que se determine que a União Federal não considere como óbice à emissão de certidão positiva com efeitos negativos em favor da empresa os débitos consubstanciados em diversas Certidões de Dívida Ativa, abstendo-se igualmente de inscrever o seu nome no CADIN - Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal. O saldo registrado em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.484.

Não foi contabilizada nenhuma provisão para riscos fiscais, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos externos, a expectativa de perda é considerada possível.

11. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos	30/06/2016	31/12/2015
Controladas em conjunto	165.525	167.005
Coligadas	1.602.912	1.558.759
Consolidado	1.768.437	1.725.764
Controladas	651.701	669.593
Controladora	2.420.138	2.395.357

Resultado de equivalência patrimonial	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Controladas em conjunto	3.625	4.777	9.073	8.922
Coligadas	48.755	54.681	119.998	109.330
Consolidado	52.380	59.458	129.071	118.252
Controladas	13.367	23.239	39.887	47.040
Controladora	65.747	82.697	168.958	165.292

a) Investimentos em controladas

	Quantidade total de ações		Participação - %	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
ATE III	588.500.000	588.500.000	100%	100%
SGT	10.457.000	9.457.000	100%	100%
MAR	20.001.000	20.001.000	100%	100%
MIR	1.000	-	100%	-

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Movimentação dos investimentos em controladas - A movimentação que inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações intermediárias individuais (controladora), é como segue:

	ATE III	SGT	MAR	MIR	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	614.369	9.067	20.669	-	644.105
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(46.453)	-	-	-	(46.453)
Equivalência patrimonial	45.999	638	403	-	47.040
Saldos em 30 de junho de 2015	613.915	9.705	21.072	-	644.692
Equivalência patrimonial	40.960	3.215	216	-	44.391
Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	(18.428)	(915)	(147)	-	(19.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	636.447	12.005	21.141	-	669.593
Saldos em 1º de janeiro de 2016	636.447	12.005	21.141	-	669.593
Dividendos adicionais propostos de 2015	(58.988)	-	-	-	(58.988)
Equivalência patrimonial	37.009	2.765	113	-	39.887
Reversão dos dividendos obrigatórios de 2014	-	-	208	-	208
Integralização de capital	-	1.000	-	1	1.001
Saldos em 30 de junho de 2016	614.468	15.770	21.462	1	651.701

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
SGT	Aumento de capital	23/05/2016	AGE	1.000
MIR	Constituição	26/04/2016	AGC	1
MAR	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	23/03/2016	AGO	147
MAR	Reversão dos dividendos obrigatórios de 2014	23/03/2016	AGO	208
SGT	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	23/03/2016	AGO	915
ATE III	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	23/03/2016	AGO	18.428
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2015	23/03/2016	AGO	58.988
ATE III	Dividendos mínimos obrigatórios de 2014	27/03/2015	AGO	7.858
ATE III	Dividendos adicionais propostos de 2014	27/03/2015	AGO	46.453

b) Investimentos em controladas em conjunto

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,5838%	52,5838%
Brasnorte	191.052.000	191.052.000	38,6645%	38,6645%

A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto é 31 de dezembro de cada ano.

Demais acionistas	
ETAU	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
Brasnorte	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bimetal Energia S.A. ("Bimetal")

As principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto se encontram nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial em 10 de março de 2016. Não houve mudanças nos acordos dos acionistas neste período.

Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - A movimentação que inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações intermediárias individuais (controladora) e consolidadas, é como segue:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	ETAU	Brasnorte	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	74.084	86.243	160.327
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(7.708)	-	(7.708)
Equivalência patrimonial	4.392	4.530	8.922
Saldos em 30 junho de 2015	70.768	90.773	161.541
Equivalência patrimonial	5.376	4.016	9.392
Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	(103)	(3.825)	(3.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	76.041	90.964	167.005
Saldos em 1º de janeiro de 2016	76.041	90.964	167.005
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(10.553)	-	(10.553)
Equivalência patrimonial	4.634	4.439	9.073
Saldos em 30 de junho de 2016	70.122	95.403	165.525

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante (*)
ETAU	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	20/04/2016	AGO	103
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2015	20/04/2016	AGO	10.553
BRASNORTE	Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	01/03/2016	RCA	3.825
BRASNORTE	Dividendos mínimos obrigatórios de 2014	22/04/2015	AGO	3.164
ETAU	Dividendos mínimos obrigatórios de 2014	08/04/2015	AGO	74
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2014	08/04/2015	AGO	7.708

(*) Montante proporcional à participação da Taesa nas investidas.

c) Investimentos em coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Coligadas diretas				
EATE	180.000.010	180.000.010	49,98%	49,98%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	49,00%	49,00%
ECTE	42.095.000	42.095.000	19,09%	19,09%
ENTE	100.840.000	100.840.000	49,99%	49,99%
ETEP	45.000.010	45.000.010	49,98%	49,98%
ERTE (ii)	84.133.970	84.133.970	21,95%	21,95%
Coligadas indiretas				
STC (iii)	211.003.246	211.003.246	39,98%	39,98%
ESDE (iv)	50.176.097	50.176.097	49,98%	49,98%
Lumitrans (v)	72.012.095	72.012.095	39,98%	39,98%
ETSE (vi)	92.943.000	92.943.000	19,09%	19,09%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	25,49%	25,49%
ERTE (ii)	84.133.970	84.133.970	28,04%	28,04%
Transudeste (vii)	30.000.000	30.000.000	5,00%	5,00%
Transleste (viii)	49.569.000	49.569.000	5,00%	5,00%
Transirapé (ix)	22.340.490	22.340.490	5,00%	5,00%

- (i) A EBTE é uma investida da EATE (51%) e da Taesa (49%). Considerando que a Taesa possui uma participação direta 49,98% na EATE, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.
- (ii) A ERTE é uma investida da Taesa (21,94%), da EATE (18,08%) e da ENTE (38,02%). Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE, a participação total direta e indireta da Taesa na ERTE é de 49,99%.
- (iii) A STC é uma investida da EATE (61,55%) e da ENTE (18,45%). Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE e 49,99% na ENTE, a participação direta e indireta da Taesa na STC é de 39,98%.
- (iv) A ETEP possui 100% de participação na ESDE. Consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 49,98%.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (v) A EATE possui 80% de participação na Lumitrans. Consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.
- (vi) A ECTE possui 100% de participação na ETSE. Consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 19,09%.
- (vii) A EATE possui 10% de participação da Transudeste. Consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5%.
- (viii) A EATE possui 10% de participação da Transleste. Consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5,00%.
- (ix) A EATE possui 10% de participação da Transirapé. Consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5%.

A data-base das demonstrações financeiras das coligadas é 31 de dezembro de cada ano.

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão assinado em 17 de maio de 2012, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, ocorrida em 31 de maio de 2013, salvo se previamente autorizado pela CEMIG.

Durante o período supramencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Demais acionistas - Coligadas diretas	
EATE, ENTE, ETEP	Alupar Investimento S.A.
ERTE	Alupar Investimento S.A., EATE e ENTE
EBTE	EATE
ECTE	Alupar Investimento S.A. e Centrais Elétricas de Santa Catarina ("CELESC").

As principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial em 10 de março de 2016. Não houve mudanças no acordo de acionistas neste período.

Movimentação dos investimentos em coligadas – A movimentação que inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações intermediárias individuais (controladora) e consolidadas, é como segue:

	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	703.796	165.021	50.941	412.701	65.702	143.670	1.541.831
Equivalência patrimonial	56.946	3.103	2.603	32.923	4.235	9.520	109.330
Dividendos adicionais propostos 2014	(48.177)	(46)	(2.325)	(14.910)	(1.469)	(4.936)	(71.863)
Saldos em 30 de junho de 2015	712.565	168.078	51.219	430.714	68.468	148.254	1.579.298
Equivalência patrimonial	45.044	(7.280)	6.051	35.667	(1.043)	10.844	89.283
Juros sobre o capital próprio de 2015	-	-	-	(8.956)	-	(4.640)	(13.596)
Dividendos intercalares de 2015	(50.034)	-	(1.909)	(26.088)	(3.475)	(10.480)	(91.986)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2015	-	(4.240)	-	-	-	-	(4.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	707.575	156.558	55.361	431.337	63.950	143.978	1.558.759
Saldos em 1º de janeiro de 2016	707.575	156.558	55.361	431.337	63.950	143.978	1.558.759
Equivalência patrimonial	60.829	9.734	4.922	29.290	3.941	11.282	119.998
Dividendos adicionais propostos 2015	(50.250)	-	(1.503)	(17.188)	(3.581)	(3.323)	(75.845)
Saldos em 30 de junho de 2016	718.154	166.292	58.780	443.439	64.310	151.937	1.602.912

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante (*)
EBTE	Dividendos obrigatórios de 2015	24/03/2016	AGOE	4.240
Dividendos obrigatórios de 2015				4.240
EATE	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	50.250
ETEP	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	3.323
ENTE	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	17.188
ERTE	Dividendos adicionais propostos de 2015	24/03/2016	AGOE	3.581
ECTE	Dividendos adicionais propostos de 2015	08/04/2016	AGOE	1.503
Dividendos adicionais propostos em 2015				75.845
ENTE	Juros sobre Capital Próprio de 2015	21/12/2015	RCA	8.956
ETEP	Juros sobre Capital Próprio de 2015	21/12/2015	RCA	4.640
Juros sobre Capital Próprio de 2015				13.596
EATE	Dividendos intercalares de 2015	27/08/2015	RCA	50.034
ECTE	Dividendos intercalares de 2015	27/08/2015	RCA	1.909
ETEP	Dividendos intercalares de 2015	27/08/2015	RCA	10.480
ENTE	Dividendos intercalares de 2015	27/08/2015	RCA	26.088
ERTE	Dividendos intercalares de 2015	27/08/2015	RCA	3.475
Dividendos intercalares em 2015				91.986
EATE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	48.177
ECTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	30/03/2015	AGOE	2.325
ETEP	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	4.936
ENTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	14.910
ERTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	1.469
EBTE	Destinação dos dividendos adicionais de 2014	27/03/2015	AGOE	46
Dividendos adicionais propostos de 2014				71.863

(*) Montante proporcional à participação do Grupo Taesa nas investidas.

Outros eventos societários ocorridos nas coligadas				
Investida	Data	Evento	Aprovação	Resumo do evento
EATE	23/06/2015	Aumento de capital social	Acionistas	Aumento do capital social de R\$457.288 para R\$495.627 decorrente da fruição da redução de 75% do Imposto de Renda no valor total de R\$38.339, que se encontrava na conta de Reserva de Incentivo Fiscal, sem alteração da quantidade de ações subscritas.
ESDE	23/06/2015	Aumento de capital social	Acionistas	Aumento do capital social no montante de R\$4.154, equivalentes a 2.691.215 novas ações ordinárias, sem valor nominal.

d) Informações intermediárias resumidas

A seguir encontram-se as informações intermediárias resumidas demonstradas com base nas informações intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo CPC.

Agregação das informações intermediárias - considerando que as empresas coligadas diretas em que a Taesa possui participação são entidades similares do setor de transmissão de energia elétrica e são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE), a Administração da Companhia optou por agregar as informações intermediárias das empresas coligadas (Grupo TBE) para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Balanço patrimonial	30/06/2016				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3.999	915	4.914	95.314	100.228
Ativo financeiro de concessão (i)	24.840	21.543	46.383	1.095.588	1.141.971
Outros ativos circulantes	11.697	5.770	17.467	45.039	62.506
Ativos circulantes	40.536	28.228	68.764	1.235.941	1.304.705

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Balço patrimonial	30/06/2016				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Ativo financeiro de concessão (i)	117.583	287.418	405.001	1.553.078	1.958.079
Investimentos em participações societárias	-	-	-	821.418	821.418
Outros ativos não circulantes	4.573	2.439	7.012	47.250	54.262
Ativos não circulantes	122.156	289.857	412.013	2.421.746	2.833.759
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	7.716	-	7.716	323.305	331.021
Outros passivos circulantes	34.972	13.373	48.345	272.745	321.090
Passivos circulantes	42.688	13.373	56.061	596.050	652.111
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	14.854	-	14.854	718.248	733.102
Impostos e contribuições diferidas	13.304	28.473	41.777	308.465	350.242
Tributos diferidos	5.815	26.942	32.757	-	32.757
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	120	-	120	304	424
Outros passivos não circulantes	2.596	2.547	5.143	10.118	15.261
Passivos não circulantes	36.689	57.962	94.651	1.037.135	1.131.786
Patrimônio líquido individual	83.315	246.750	330.065	2.024.502	2.354.567
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	43.810	95.403	139.213	912.329	1.051.542
Valor justo alocado do ativo financeiro de concessão, líquido de impostos	26.312	-	26.312	688.384	714.696
Outros efeitos processo de aquisição EATE	-	-	-	2.199	2.199
Investimento total da Taesa	70.122	95.403	165.525	1.602.912	1.768.437

Balço patrimonial	31/12/2015				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3.280	701	3.981	138.602	142.583
Ativo financeiro de concessão (i)	23.032	20.183	43.215	954.696	997.911
Outros ativos circulantes	9.357	5.520	14.877	51.199	66.076
Ativos circulantes	35.669	26.404	62.073	1.144.497	1.206.570
Ativo financeiro de concessão (i)	106.769	278.563	385.332	1.701.824	2.087.156
Investimentos em participações societárias	-	-	-	781.941	781.941
Outros ativos não circulantes	4.238	2.377	6.615	47.661	54.276
Ativos não circulantes	111.007	280.940	391.947	2.531.426	2.923.373
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	8.069	5.640	13.709	303.086	316.795
Outros passivos circulantes	7.668	13.783	21.451	241.464	262.915
Passivos circulantes	15.737	19.423	35.160	544.550	579.710
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	18.508	-	18.508	871.793	890.301
Impostos e contribuições diferidas	15.270	23.936	39.206	296.920	336.126
Tributos diferidos	4.470	26.037	30.507	-	30.507
Outros passivos não circulantes	2.832	2.680	5.512	36.952	42.464
Passivos não circulantes	41.080	52.653	93.733	1.205.665	1.299.398
Patrimônio líquido individual	89.859	235.268	325.127	1.925.708	2.250.835
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	47.251	90.964	138.215	869.010	1.007.225
Valor justo alocado do ativo financeiro de concessão, líquido de impostos	28.790	-	28.790	687.550	716.340
Outros efeitos processo de aquisição EATE	-	-	-	2.199	2.199
Investimento total da Taesa	76.041	90.964	167.005	1.558.759	1.725.764

Demonstração do resultado	01/04/2016 a 30/06/2016				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	16.254	8.043	24.297	195.996	220.293
Custos e despesas	(9.669)	(2.387)	(12.056)	(17.893)	(29.949)
Receitas financeiras	431	242	673	3.163	3.836
Despesas financeiras	(525)	(220)	(745)	(39.938)	(40.683)
Resultado financeiro	(94)	22	(72)	(36.775)	(36.847)
Equivalência patrimonial	-	-	-	30.849	30.849
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(2.202)	(1.662)	(3.864)	(32.992)	(36.856)
Lucro do exercício	4.289	4.016	8.305	139.185	147.490
Lucro do exercício - participação da Taesa	2.254	1.552	3.806	63.438	67.244
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro de concessão, líquido de impostos	(181)	-	(181)	(14.683)	(14.864)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	2.073	1.552	3.625	48.755	52.380

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do resultado	01/04/2015 a 30/06/2015				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	8.919	11.014	19.933	185.839	205.772
Custos e despesas	(1.726)	(2.819)	(4.545)	(16.101)	(20.646)
Receitas financeiras	420	418	838	2.903	3.741
Despesas financeiras	(687)	(583)	(1.270)	(41.655)	(42.925)
Resultado financeiro	(267)	(165)	(432)	(38.752)	(39.184)
Equivalência patrimonial	-	-	-	27.599	27.599
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(1.464)	(2.563)	(4.027)	(26.045)	(30.072)
Lucro do período	5.462	5.467	10.929	132.540	143.469
Lucro do período - participação da Taesa	2.872	2.114	4.986	60.549	65.535
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro de concessão, líquido de impostos	(209)	-	(209)	(5.868)	(6.077)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	2.663	2.114	4.777	54.681	59.458

Demonstração do resultado	01/01/2016 a 30/06/2016				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	27.459	19.935	47.394	372.009	419.403
Custos e despesas	(13.145)	(3.663)	(16.808)	(33.312)	(50.120)
Receitas financeiras	738	371	1.109	6.455	7.564
Despesas financeiras	(982)	(359)	(1.341)	(80.933)	(82.274)
Resultado financeiro	(244)	12	(232)	(74.478)	(74.710)
Equivalência patrimonial	-	-	-	58.834	58.834
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(545)	(4.802)	(5.347)	(58.503)	(63.850)
Lucro do exercício	13.525	11.482	25.007	264.550	289.557
Lucro do exercício - participação da Taesa	7.112	4.439	11.551	119.164	130.715
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro de concessão, líquido de impostos	(2.478)	-	(2.478)	834	(1.644)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	4.634	4.439	9.073	119.998	129.071

Demonstração do resultado	01/01/2015 a 30/06/2015				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	16.753	22.603	39.356	365.433	404.789
Custos e despesas	(2.943)	(4.278)	(7.221)	(33.286)	(40.507)
Receitas financeiras	643	723	1.366	6.432	7.798
Despesas financeiras	(2.401)	(1.463)	(3.864)	(81.201)	(85.065)
Resultado financeiro	(1.758)	(740)	(2.498)	(74.769)	(77.267)
Equivalência patrimonial	-	-	-	56.760	56.760
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(2.581)	(5.869)	(8.450)	(43.806)	(52.256)
Lucro do período	9.471	11.716	21.187	270.332	291.519
Lucro do período - participação da Taesa	4.980	4.530	9.510	123.519	133.029
Apropriação do valor justo alocado no ativo financeiro, líquido de impostos	(588)	-	(588)	(14.189)	(14.777)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	4.392	4.530	8.922	109.330	118.252

(i) Ativo financeiro de concessão

Ativo financeiro de concessão	30/06/2016	31/12/2015
ETAU	142.423	129.801
Brasnorte	308.961	298.746
Controladas em conjunto	451.384	428.547
EATE	945.126	955.289
EBTE	567.091	558.872
ECTE	185.230	196.335
ENTE	615.550	607.139
ERTE	150.686	147.985
ETEP	184.983	190.900
Coligadas diretas	2.648.666	2.656.520

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 6.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Garantias	Encargos financeiros	30/06/2016	31/12/2015
ETAU	BNDES FINAME ALSTON	jan/21	(2)	Taxa fixa 9,5%a.a.	125	-
	BNDES FINAME TOSHIBA	jan/21	(2)	Taxa fixa 9,5%a.a.	357	-
	BNDES	jan/18	(2)	Cesta de moedas + 4.0% a.a. / TJLP + 4.0% a.a.	12.024	16.521
	BNP Paribas	dez/19	(1)	108% do CDI	10.064	10.056
Brasnorte	BNP Paribas	jun/16	(1)	108% do CDI	-	5.640
Controladas em conjunto					22.570	32.217
EATE	HSBC	mar/16		CDI+ 1,3%	-	19.763
	Itaú	out/17		CDI + 0,9875%	92.479	123.357
	Itaú	mar/19	(1)	CDI + 1,15%	229.337	270.959
	Itaú	ago/20		109,75% CDI	162.248	162.209
EBTE	BNDES	mai/25	(3)	TJLP + 2,56%	99.135	103.978
		nov/19		4,5% a.a.	9.890	11.338
ECTE	Itaú	out/17	(1)	CDI + 0,9875%	65.789	65.488
	Itaú	mai/20		CDI + 2,15%	53.225	70.762
ENTE	HSBC	mar/16	(1)	CDI + 1,3%	-	10.431
	Itaú	ago/20		109,75% CDI	253.068	253.007
ETEP	Itaú	nov/16	(1)	112,5% CDI	6.032	13.269
	Itaú	ago/20		109,75% CDI	70.350	70.318
Coligadas diretas					1.041.553	1.174.879

(1) Sem garantias.

(2) 100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletrosul, CEEE e DME; direitos da concessão ETAU; e recebíveis da concessão ETAU.

(3) Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta-reserva.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 30 de junho de 2016, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e passivos contingentes

A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, constituiu provisão para riscos trabalhistas em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Provisão para contingências trabalhistas	30/06/2016	31/12/2015
ETAU	120	-
Controladas em conjunto	120	-
EATE	304	-
Coligadas diretas	304	-

Em 30 de junho de 2016, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	30/06/2016	31/12/2015
ETAU	41	120
Brasnorte	7.309	6.641
Controladas em conjunto	7.350	6.761
EATE	3.217	2.318
EBTE	535	546
ECTE	228	120
ENTE	1.054	674
ERTE	-	2.228
Coligadas diretas	5.034	5.886

(iv) Compromissos assumidos

Brasnorte - existe uma obrigação em relação a FUNAI de realizar projetos de compensação ambiental no valor total de R\$ 841. O investimento se apresenta da seguinte forma: R\$290 realizados em 2015 e estimativa de R\$401 em 2016 e R\$150 em 2017.

ETAU – existem duas obrigações referentes a compensações ambientais descritas a seguir:

(a) FUNAI - em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental nº 001/2012 entre a ETAU e a FUNAI, em atendimento da Licença de Operação nº 452/2005. Nesse termo, intitulado Termo de Compromisso, cujo valor de aplicação é de R\$790, foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreteiro, comunidade Kaingang. Em 31 de dezembro de 2013, foram encerradas todas as atividades estipuladas no referido Termo. O Termo de Quitação foi emitido em 21 de dezembro de 2015; e

(b) Reposição Florestal da ETAU com o IBAMA/RS e a Secretaria do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul - SEMA/RS - foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para conseqüente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração a respectiva aquisição. Estima-se que a aquisição do terreno e sua conseqüente doação sejam concluídas até o término do exercício de 2016. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo provisionado no passivo circulante da ETAU para essa compensação ambiental era R\$1.480.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
<u>Ativos circulantes</u>				
Adiantamentos diversos	732	3.994	547	3.805
Partes relacionadas (e)	166	149	310	247
Antecipações de P&D (a)	18.717	16.110	17.264	14.667
Outras contas a receber	12.061	11.521	11.523	10.972
	31.676	31.774	29.644	29.691
<u>Passivos circulantes</u>				
Folha de pagamento	19.717	22.153	19.245	21.862
Compensação ambiental (b)	2.613	3.641	2.228	2.212
Partes relacionadas (e)	225	1.022	191	984
Outras contas a pagar	3.111	3.616	3.009	3.518
	25.666	30.432	24.673	28.576
<u>Passivos não circulantes</u>				
Rateio de antecipação (c) e parcela de ajuste (d)	131.967	144.303	123.745	135.291
Provisão para multa administrativa (f)	9.233	7.843	9.233	7.843
Outras contas a pagar	1.663	1.663	1.663	1.663
	142.863	153.809	134.641	144.797

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) Antecipações dos valores aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D que serão compensados com o passivo, de mesma natureza, registrado na rubrica "Taxas regulamentares" nos montantes de R\$54.366 no consolidado e R\$51.060 na controladora em 30 de junho de 2016 (R\$48.999 no consolidado e R\$45.967 na controladora em 31 de dezembro de 2015), quando do encerramento dos respectivos projetos.

(b) Provisão das obrigações de compensação ambiental com o IBAMA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Em 30 de junho de 2016, foram desembolsados R\$2.716 no consolidado e R\$0 na controladora (R\$234 no consolidado e R\$0 na controladora no exercício de 2015). A Administração da Companhia entende que, independentemente dos desembolsos efetuados no exercício, essas compensações ambientais são obrigações presentes de curto prazo, pois a Companhia não tem o direito incondicional de diferir a liquidação desse passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

(c) Gerado pelo déficit ou superávit mensal de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão, são montantes rateados entre todos os agentes de transmissão, na proporção de suas receitas anuais (RAP), os quais são compensados através da parcela de ajuste divulgada pelo ONS a partir do ciclo seguinte. Em 30 de junho de 2016, foi reduzido à RAP da Companhia o montante de R\$73.298 no consolidado e de R\$68.644 na controladora (foi reduzido R\$142.473 no consolidado e de R\$133.597 na controladora em 31 de dezembro de 2015).

(d) Corresponde ao ajuste entre os valores recebidos e os permitidos no ciclo tarifário anterior, compensado em 12 parcelas mensais iguais no ciclo atual. Pode ser positivo ou negativo, conforme tenha sido o saldo de cada agente. Em 30 de junho de 2016, o ONS aumentou \$85.635 no consolidado e R\$80.182 na controladora da receita anual das concessionárias do Grupo Taesa (aumentou R\$74.588 na controladora e de R\$78.650 na controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

(e) Vide nota explicativa nº 13.

(f) Em 14 de junho de 2013, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 075/13-SFE a respeito da ação fiscalizadora ocorrida no período de 26 de outubro de 2012 a 26 de maio de 2013, o qual teve como objetivo verificar as causas e consequências do blecaute do dia 26 de outubro de 2012, à 0 hora e 14 minutos. Em 6 de agosto de 2013, a Companhia manifestou-se tempestivamente ao Termo de Notificação, por meio da carta Taesa 267/2013. Em 21 de outubro de 2013, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 1038/2013-SFE determinando a instauração do processo administrativo punitivo em desfavor da Taesa.

Em virtude do auto de infração recebido, em 30 de setembro de 2013, a Companhia provisionou a multa no valor de R\$9.069. A Companhia registrou na ANEEL a interposição de recurso em relação ao referido Auto de Infração e estenderá as discussões até as últimas instâncias.

Em 27 de março de 2014, foi publicado o Despacho nº 751/2014, proferido pela SFE/ANEEL, segundo o qual a Superintendência reconsiderou parcialmente a decisão constante do Auto de Infração, com base no artigo 34 da Resolução Normativa ANEEL nº 063/2004. Em virtude da redução do valor da multa, foi revertida parte do valor da provisão inicial, estando provisionado atualmente o valor de R\$7.843.

Em deliberação do processo pela Diretoria da ANEEL, conforme Reunião Ordinária ocorrida em 15 de setembro de 2015, foi confirmada a decisão proferida pela SFE/ANEEL e, ainda, revisto um ponto sustentado pela Taesa em seu recurso administrativo, culminando na redução do valor total da multa para R\$7.675. Por conseguinte, em 21 de setembro de 2015, foi publicado o Despacho nº 3.232/2015, esgotando a discussão na esfera administrativa. Como consequência, em 24 de novembro de 2015, foi recebido o Termo de Encerramento nº 0093/2015-SFE/ANEEL, determinando-se o encerramento do Processo Administrativo Punitivo

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

nº 48500.006152/2012-53, referente ao Auto de Infração nº 1038/2013-SFE, por encontrar-se em discussão em via judicial.

Por decisão da Diretoria da Companhia, considerando a relevância do assunto e o valor total envolvido, decidiu-se pelo ajuizamento de ação na esfera judicial, para fins de anulação do ato administrativo da ANEEL e consequente revisão da multa aplicada, sendo, para tanto, apresentado seguro-garantia no valor de R\$9.233, correspondente ao valor atualizado da multa, pela SELIC acumulada no período de novembro de 2013 a setembro de 2015. A referida ação foi distribuída pela Taesa em 1º de outubro de 2015 e obtida liminar favorável à Companhia, suspendendo a exigibilidade da penalidade aplicada por meio do Auto de Infração nº 1038/2013-SFE e determinando que a ANEEL se abstenha de incluir o nome da empresa nos cadastros restritivos.

Em 26 de outubro de 2015, a Taesa teve conhecimento de que a liminar obtida ainda não havia sido cumprida pela ANEEL, manifestando-se a ANEEL pela necessidade de complementação do valor apresentado no seguro-garantia (acréscimo de 30%, em linha com o art. 656, § 2º, do Código de Processo Civil), conforme Memorando nº 645/2015-SAF/ANEEL, baseado no Parecer nº 441/2015/PFANEEL/PRF/AGU, emitido pela Procuradoria da ANEEL. Assim, a Companhia decidiu pela complementação do valor, sendo apresentado endosso de seguro-garantia para majoração da importância segurada na apólice nº 024612015000107750009763, apresentada nos autos do Processo Judicial nº 59056-56.2015.4.01.3400, comprovando a garantia do valor total de R\$12.002, incluindo o acréscimo de 30% sobre o débito principal.

Em 9 de novembro de 2015, foi confirmado, junto à ANEEL, o cumprimento da liminar obtida judicialmente, sendo suspensa a exigibilidade da multa e emitido regularmente, em 18 de novembro de 2015, o Certificado de Adimplemento em nome da Taesa.

Em 27 de novembro 2015, a ANEEL apresentou sua Contestação e em 17 de março de 2016 a TAESA apresentou sua resposta à Contestação (Réplica). A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, classifica a probabilidade de perda desse processo como possível.

13. PARTES RELACIONADAS

I - Resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos apresentados:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações com controladas em conjunto						
1	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x Etau (**)	R\$49 Valor mensal	24/01/2013 a 24/01/2017	Multa de 2% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M/Abril	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	As partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão.
2	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x Etau	R\$66 Valor mensal	01/06/2015 a 24/12/2016	Juros 1% a.m. + multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA/Dezembro	Descumprimento de cláusula; atraso injustificado no pagamento; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das	A multa diária de 0,1% por atraso de pagamento está limitada a 10% do valor total do contrato.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
					partes, declarada ou homologada; por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.	
3	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x Brasnorte (**)	R\$22 Valor mensal	14/04/2013 a 14/04/2017	Multa de 2% a.m. / juros de mora de acordo com o mercado financeiro/ Atualização anual pelo IGP-M/julho	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.
4	Comodato de imóvel - Taesa x Brasnorte	Não possui valor	a partir de 25/04/2008 por período indeterminado	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
Transações com controladas						
5	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x Mariana (**)	R\$19 Valor mensal	17/11/2014 a 17/11/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA/maio	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
6	Outras contas a receber x disponibilidades - Reembolso de despesas Taesa x Mariana (*)	R\$ 1	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
7	Outras contas a receber x disponibilidades - Reembolso de despesas Taesa x ATE III (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	A expectativa da Companhia é de que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.
8	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de operação - Taesa x ATE III	R\$32 Valor mensal	01/03/2015 a 16/09/2017, retroagindo a set/2013, prorrogado por prazo indeterminado	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M/setembro	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a qualquer ressarcimento ou indenização, com antecedência mínima de 30 dias corridos.	A contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda a execução do contrato.
9	Outras contas a receber x Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x ATEIII (**)	R\$19 Valor mensal	05/05/2014 a 05/05/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA/maio	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Os efeitos do contrato retroagem a 31 de janeiro de 2013.
10	Outras contas a receber x	R\$19	08/09/2014 a	Multa de 2% a.	O contrato pode ser	Não houve.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
	Outras receitas - Serviços de "back-office" (prestação de serviços administrativos) - Taesa x SGT (**)	Valor mensal	08/09/2018	m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA/setembro	rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	
Transações entre as controladas e empresas ligadas						
11	Cientes x Outras receitas - Contrato de CCT - CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão	Juros efetivos de mora de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA/junho	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.	Contrato de constituição de garantia em fase de assinatura.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

(**) As operações de "BackOffice" são operações rotineiras realizadas entre as empresas do Grupo Taesa.

REF	Contratos e outras transações	Consolidado					
		Ativo		Receita			
		30/06/2016	31/12/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Transações com controladas em conjunto							
1	Serviços de "back-office" Taesa x Etau	66	58	199	178	377	349
2	Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x Etau	74	66	221	-	442	-
3	Serviços de "back-office"- Taesa x Brasnorte	26	25	78	73	155	146
Transações entre as controladas e empresas ligadas							
11	Contrato de CCT - CEMIG D x SGT (*)	72	-	214	190	420	381
		238	149	712	441	1.394	876

(*) Saldo existente de R\$72 no consolidado e R\$0 na controladora em 30 de junho de 2016 (R\$69 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2015), registrados no balanço patrimonial na rubrica "Clientes".

REF	Contratos e outras transações	Controladora					
		Ativo		Receita			
		30/06/2016	31/12/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Transações com controladas em conjunto							
1	Serviços de "back-office" - Taesa x Etau	66	58	199	178	377	349
2	Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa x Etau	74	66	221	-	442	-
3	Serviços de "back-office"- Taesa x Brasnorte	26	25	78	73	155	146
Transações com controladas							
5	Serviços de "back-office" - Taesa x Mariana	22	19	65	59	132	116
6	Reembolso de despesas Taesa x Mariana	-	1	-	-	-	-
7	Reembolso de despesas Taesa x ATE III	6	1	-	-	-	-
8	Serviços de operação - Taesa x ATE III	69	35	104	96	207	199
9	Serviços de "back-office" - Taesa x ATEIII	26	21	70	61	136	122
10	Serviços de "back-office" - Taesa x SGT	21	21	63	58	126	116
		310	247	800	525	1.575	1.048

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

b) Fundo de renda fixa – Pampulha

A Companhia é cotista do Fundo Pampulha e o Grupo Taesa, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por empresas pertencentes aos seus integrantes conforme detalhado a seguir. Maiores informações sobre o Fundo Pampulha, vide nota explicativa nº 2.1.

Tipo Título	Emissor	Data Vencimento	Taxas	Consolidado		Controladora		Taxa efetiva de rentabilidade	
				Saldo em 30/06/2016	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 30/06/2016	Saldo em 31/12/2015	30/06/2016	30/06/2015
Aplicações em fundo de investimento exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)									
Debêntures	AXXIOM	29/01/2017	112% do CDI + 0,13%	452	831	311	569	7,6%	6,7%
Debêntures	CEMIG GT	15/07/2018	CDI + 1,60%	4.748	3.918	3.265	2.686	7,6%	6,8%
Debêntures	CEMIG GT	23/12/2016	CDI + 0,85%	4.513	3.651	3.104	2.503	7,2%	6,4%
Debêntures	CEMIG GT	15/02/2017	CDI + 0,72%	852	792	586	543	7,2%	6,3%
Debêntures	Ativas	01/07/2017	CDI + 3,50%	2.012	1.593	1.384	1.092	8,7%	7,7%
Debêntures	Ativas	01/07/2017	CDI + 3,50%	2.516	1.991	1.730	1.365	8,7%	7,7%
Debêntures	ETAU	01/12/2019	108% do CDI	854	737	587	505	7,3%	6,4%
Debêntures	Brasnorte	22/06/2016	108% do CDI	-	208	-	143	7,3%	6,4%
Debênture	CEMIG GT	10/12/2018	CDI + 3,93%	897	-	617	-	8,9%	-
				16.844	13.721	11.584	9.406		

c) Passivos e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
REF	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e empresas ligadas						
1	Outras contas a pagar x Prestação de serviços "Data Center" - Taesa x Ativas	R\$96 Valor mensal	11/04/2014 até 36 meses do início da prestação dos serviços e assinatura do termo de aceite	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M/abril	Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.	Entre abril/2014 e agosto/2015 foram assinados diversos termos de aceites parciais, o que permitiu que partes do contrato entrassem em vigor gradativamente.
2	Outras contas a pagar x serviços prestados - Serviços técnicos e de consultoria de informática - Taesa x Axxiom (**)	R\$2.890 Valor total do contrato	04/11/2014 a 31/12/2015	Juros de 1% ao mês e multa de 1% / Atualização anual pelo IGP-M.	A Companhia terá a seu exclusivo critério e sem prejuízo da aplicação das penalidades e da apuração de eventuais prejuízos por perdas e danos decorrentes, o direito de resolver imediatamente o contrato, mediante o simples envio de notificação por escrito, quando da ocorrência: de atraso no cumprimento de quaisquer dos prazos estabelecidos, ou o descumprimento de qualquer das obrigações relativos ao contrato e seus anexos, pela contratada; da contratada	Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
3	Outras contas a pagar x serviços prestados - Termo de cooperação (desenvolvimento de projeto P&D) - Taesa x Axxiom (***)	R\$802 Valor total do contrato	17/07/2014 a 17/07/2015	Multa de 1% ao mês	violar dispositivo do contrato e deixar de retificar tal violação no prazo de trinta dias após o recebimento de notificação por escrito. Todo e qualquer ato do qual resulte impossibilidade de cumprimento das disposições previstas no termo de cooperação, para o qual não tenha contribuído, voluntária ou involuntariamente, qualquer uma das partes do termo de cooperação; quando as penalidades aplicadas à executora atingirem o teto definido na cláusula 7.3 do termo de cooperação.	Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto.
4	Outras contas a pagar x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Taesa x Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado	Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
5	Outras contas a pagar x Despesa serviços prestados - Taesa x CEMIG D X UFMG	R\$1.419 Valor total do contrato	03/02/2014 a 03/02/2017	Não há taxa de juros e atualização monetária.	O convênio poderá ser rescindido ou denunciado, por qualquer dos partícipes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias, ressalvado o cumprimento das obrigações assumidas, vencidas ou vincendas.	O contrato trata-se de convênio de cooperação técnico-científica para o desenvolvimento de P&D.
6	Outras contas a pagar x Despesa serviços de engenharia - Taesa x CEMIG GT	R\$236 Valor total do contrato	15/06/2016 a 15/02/2017	Juros de 1% a.m. + multa de 2%/ Reajustado pelo IPCA na hipótese de extensão do prazo de vigência/Março.	O convênio poderá ser rescindido por atraso injustificado no pagamento por prazo superior a 90 dias; falência de qualquer das partes.	O contrato trata-se de Serviços de engenharia para participação no leilão de transmissão ANEEL nº 013/2015, segunda parte.
Transações com controladas						
7	Outras contas a pagar x disponibilidades - Reembolso de despesas Taesa x São Gotardo (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	A expectativa da Companhia é de que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.
8	Outras contas a pagar x disponibilidades - Reembolso de despesas Taesa x Mariana (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	A expectativa da Companhia é de que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.
Transações entre as controladas e empresas ligadas						
9	Outras contas a pagar x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA/fevereiro	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
10	Outras contas a pagar x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$36 Valor mensal	10/07/2014 a 10/07/2018	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA/novembro	A contratante poderá rescindir antecipadamente e unilateralmente o CPSOM, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição do	Esse contrato foi assinado em jul/14, mas retroage seus efeitos à data da operação comercial.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Grupos nas demonstrações financeiras, características do contrato e vínculo	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros cobrada / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
						CPSOM por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.
11	Contrato de compartilhamento de instalações – Mariana x CEMIG GT	R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes	Atualização anual pelo IPCA/novembro	Não houve	Não houve. Taxa ainda não vigente.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado					
		Passivo		Custos e Despesas			
		30/06/2016	31/12/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Transações entre a Taesa e empresas ligadas							
1	Data Center - Taesa x Ativas	-	-	304	363	577	524
2	Serviços técnicos e de consultoria de informática - Taesa x Axxiom (**)	184	984	-	-	-	-
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	452	387	851	725
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	76	90	168	172
Transações entre as controladas e empresas ligadas							
9	CCI - SGT x CEMIG GT	3	3	10	6	21	15
10	O&M - SGT x CEMIG GT	38	35	133	120	298	194
		225	1.022	975	966	1.915	1.630

R E F	Contratos e outras transações	Controladora					
		Passivo		Custos e Despesas			
		30/06/2016	31/12/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Transações entre a Taesa e empresas ligadas							
1	Data Center - Taesa x Ativas	-	-	304	363	577	524
2	Serviços técnicos e de consultoria de informática - Taesa x Axxiom (**)	184	984	-	-	-	-
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	452	387	851	725
4	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	76	90	168	172
7	Reembolso de despesas Taesa x São Gotardo	2	-	-	-	-	-
8	Reembolso de despesas Taesa x Mariana	5	-	-	-	-	-
		191	984	832	840	1.596	1.421

(**) Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto no montante de R\$1.723 na controladora e no consolidado em 30 de junho de 2016 (R\$2.626 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2015). Assinado o 1º termo aditivo em 31 de agosto de 2015, prorrogando o prazo do contrato para 31 de dezembro de 2015. Em 30 de junho de 2016 o contrato estava em vigor, sua vigência permanecerá até o cumprimento por ambas as partes de todas obrigações assumidas.

(***) Os gastos incorridos nesse contrato possuem sua contrapartida registrada em contas de ativo referente ao respectivo projeto no montante de R\$696 na controladora e no consolidado em 30 de junho de 2016 (R\$1.485 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2015). Termo de cooperação encerrado.

II - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal no período de 01/01/2016 a 30/06/2016.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Proporção da remuneração total	01/01/2016 a 30/06/2016		01/01/2015 a 30/06/2015	
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria	63%	37%	62,5%	37,5%

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
	Número de membros remunerados	11	11	3 (*)	3 (*)	5
Remuneração fixa	1.165	1.024	2.069	1.897	206	188
Salário ou pró-labore	1.165	1.024	1.848	1.698	206	188
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	221	199	n/a	n/a
Remuneração variável	n/a	n/a	2.032	1.138	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	1.256	1.138	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do cargo	n/a	n/a	776	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração	1.165	1.024	4.101	3.035	206	188

n/a - Não aplicável

(*) A AGE realizada em 11 de dezembro de 2015 aprovou a alteração no estatuto social da Companhia com vistas a inserir duas novas diretorias estatutárias (Diretoria Jurídica e Regulatória e Diretoria de Desenvolvimento de Negócios), passando a existir desde então 5 (cinco) diretorias. Em 22 de junho de 2016 foi eleito o Diretor Jurídico e Regulatório, cuja diretoria estava vaga desde a sua criação; sua respectiva remuneração foi considerada a partir de julho de 2016. Em 30 de junho de 2016 o Sr. João Procópio Campos Loures Vale acumulava os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Desenvolvimento de Negócios.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Concessão	Data de assinatura/ Emissão	Tipo	Captação		Vencimento final	Encargos financeiros anuais
				Valor contratado	Valor liberado acumulado		
Moeda nacional - R\$							
BNDES FINAME	Taesa-TSN	05/12/2012	CCB-subcrédito A	23.504	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	27/07/2011	CCB-subcrédito A	587	587	15/08/2021	Taxa fixa de 8,7% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	27/07/2011	CCB-subcrédito B	168	168	15/08/2021	TJLP -TJ462 + 4,2% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	20/06/2012	CCB-subcrédito A	727	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	13/06/2013	CCB-subcrédito A	30.458	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-Patesa	16/07/2014	CCB-subcrédito A	477	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
Moeda estrangeira - US\$							
Citibank - Contrato B - Repactuação (*)	TAESA	10/04/2014	4.131	350.000	350.000	20/09/2019	LIBOR + 1,99% a.a.

(*) Em 24 de março de 2016, a Companhia repactuou o Contrato B, assinado em 10 de abril de 2014, com o Citibank indexado a Libor + 0,89%, alterando a data de vencimento da dívida para 20 de setembro de 2019 e sua indexação para Libor + 1,99%. Em 29 de março de 2016, houve o pré-pagamento de parte do contrato, no valor de US\$62 milhões, equivalentes a R\$229.041 naquela data.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos									
Financiadores	Total em 31/12/2015	Captação	Juros, variação monetária e cambial incorridos	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	Circulante	Não Circulante	Total em 30/06/2016
Mensurados ao custo amortizado - moeda nacional - R\$									
BNDES-FINAME	47.950	-	696	-	(704)	(3.265)	6.632	38.045	44.677
Mensurados ao valor justo - moeda estrangeira com "swap" - US\$									
Citibank B - Repactuação	619.204	-	(69.352)	(11.046)	(6.941)	(229.041)	26	302.798	302.824
Controladora	667.154	-	(68.656)	(11.046)	(7.645)	(232.306)	6.658	340.843	347.501
Mensurados ao custo amortizado - moeda nacional - R\$									
BNDES-FINAME	17.144	-	206	-	(208)	(1.224)	2.463	13.455	15.918
Consolidado	684.298	-	(68.450)	(11.046)	(7.853)	(233.530)	9.121	354.298	363.419
Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo									
Citibank "swap" Contrato B -	(258.133)	-	39.239	8.840	(9.552)	219.606	-	-	-
Citibank "swap" Contrato B - Repactuação (*)	-	-	55.368	18.702	(11.181)	-	-	62.889	62.889
Controladora e Consolidado	(258.133)	-	94.607	27.542	(20.733)	219.606	-	62.889	62.889
Empréstimos e financiamento líquidos do "swap"									
Controladora	409.021	-	25.951	16.496	(28.378)	(12.700)	6.658	403.732	410.390
Consolidado	426.165	-	26.157	16.496	(28.586)	(13.924)	9.121	417.187	426.308

(*) Com a repactuação do contato B com o Citibank, o swap cambial contratado 10 de abril de 2014 foi liquidado em 29 de março de 2016, o que gerou um ganho bruto no montante de R\$219.606 (R\$186.665, líquido de IRRF). Na mesma data, a Companhia contratou um novo swap cambial com o Citibank conforme abaixo:

Contrato B - Repactuação	Dívida	Swap
Montante	USD 94.340	R\$350.000 ²
Vencimento	20/09/2019	20/09/2019
Custo da Dívida	(Libor 3 meses + Spread: 1,99%)	Ponta ativa Companhia: (Libor 3 meses + Spread: 1,99%) * 1,17647 ¹ Ponta passiva Citibank: 114,00% CDI
Juros	Trimestrais	Trimestrais
Amortização ³	Bullet	Bullet

¹ O fator 1,17647 representa o "gross up" do IR devido nos pagamentos de amortização e juros.

² Valores convertidos para real (R\$) com base na Paridade Inicial da Operação R\$/US\$: 3,7100.

³ Regime de Amortização "Bullet" - É o regime no qual se amortiza o saldo total de principal na data de vencimento do empréstimo

Liquidação de empréstimo com o Citibank Contrato A - Conforme previsto no contrato de financiamento, em 10 de abril de 2015 a Taesa liquidou o Contrato A da dívida com o Citibank, no montante de R\$136.199 (US\$44.705), com base na taxa de câmbio do dia 9 de abril de 2015. Em contrapartida, a Taesa anulou a perda da variação cambial do contrato original da dívida, obtendo assim, um ganho bruto por meio do contrato de Swap no montante de R\$33.308. O "swap" refere-se a taxa de juros Libor e a variação cambial atreladas a esse contrato, de acordo com a taxa de câmbio na data da liquidação.

Taxa	Circulante	Parcelas vencíveis por indexador							Subtotal	Total
		Não circulante								
		2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021			
TJLP	22	11	21	21	21	14	-	88	110	
Taxa fixa	9.073	4.505	9.010	9.010	9.010	8.986	10.891	51.412	60.485	
Libor + US\$ (Swap CDI)	26	-	-	302.798	-	-	-	302.798	302.824	
	9.121	4.516	9.031	311.829	9.031	9.000	10.891	354.298	363.419	

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Principais cláusulas restritivas	Taesa /SGT	Taesa
	BNDÉS (Santander FINAME)	Citibank
Não ceder ou transferir os direitos e as obrigações decorrentes da cédula de crédito bancário, tampouco vender ou de nenhuma forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDÉS/FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que serão consideradas antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.	X	
Não vender, transferir, alugar, transmitir ou alienar (em uma transação ou em uma série de transações) o todo ou parte substancial de suas propriedades ou ativos pertencentes agora ou futuramente adquiridos, que possam causar efeito material adverso.		X
Não realizar operações de cisão, fusão ou incorporação, que resultem ou tenham expectativa de implicar um efeito material adverso.		X
Não fazer ou permitir qualquer alteração no método de cálculo financeiro, exceto no caso em que for requerida pelas leis brasileiras.		X

Em 30 de junho de 2016, as cláusulas restritivas ("covenants") foram cumpridas.

Não existem garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

15. DEBÊNTURES

Movimentação de debêntures					
Financiadores	31/12/2015	Juros e variação monetária incorridos/custos de emissão (*)	Juros pagos	Amortização de principal	30/06/2016
Itaú BBA (2ª emissão)	392.053	29.636	(29.474)	-	392.215
Itaú BBA (3ª emissão)	2.596.194	186.849	-	-	2.783.043
	2.988.247	216.485	(29.474)	-	3.175.258
Circulante	236.273				334.401
Não circulante	2.751.974				2.840.857

(*) No período findo em 30 de junho de 2016 a amortização dos custos de emissão de debêntures foi de R\$269 (R\$496 em 30 de junho de 2015).

Indexador	Circulante	Parcelas vencíveis por indexador							Total
		Não circulante							
		2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Subtotal	
CDI	266.226	860.000	-	-	-	-	-	860.000	1.126.226
IPCA	68.666	-	350.515	350.515	350.515	232.719	698.158	1.982.422	2.051.088
(-) Custos de emissão a amortizar	(491)	(140)	(211)	(211)	(211)	(211)	(581)	(1.565)	(2.056)
	334.401	859.860	350.304	350.304	350.304	232.508	697.577	2.840.857	3.175.258

Liquidação da 1ª Emissão de Debêntures - Em 15 de julho de 2015, a Taesa efetuou o pagamento da 1ª emissão de debêntures no valor de R\$257.533 referentes aos Ativos TAES11 (R\$130.398) e TAES21 (R\$127.135).

Liquidação da 1ª série da 2ª Emissão de Debêntures - Em 15 de dezembro de 2015, a Taesa efetuou o pagamento da 1ª série da 2ª emissão de debêntures no valor de R\$238.831, referente ao Ativo TAES12.

Características	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Data da emissão	15 de dezembro de 2010.	15 de outubro de 2012
Emissão/preço	Emissão de 8.150 debêntures com valor nominal unitário de R\$100, sendo 4.250 da 1ª série, 2.450 da 2ª série e 1.450 da 4ª série - valor total de R\$815.000	Emissão de 2.160.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da 1ª série, 793.000 da 2ª série e 702.000 da 3ª série - valor total de R\$2.160.000
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis	As debêntures são simples, ou seja, não

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Características	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Espécie	em ações	convertíveis em ações
Tipo e forma	Quirografária	Quirografária
Garantias	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Repactuação	Não há garantias	Não há garantias
	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação
Prazo e data de vencimento	1ª série: cinco anos (15 de dezembro de 2015) 2ª e 4ª séries: sete anos (15 de dezembro de 2017)	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017) 2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020) 3ª série: 12 anos (15 de outubro de 2024)
Códigos dos Ativos	TAES12 / TAES22 / TAES42	TAEE13 / TAEE23 / TAEE33
Atualização monetária	1ª, 2ª e 4ª séries: não serão atualizadas	1ª série: não será atualizada 2ª e 3ª séries: atualizadas pelo IPCA
Remuneração	1ª série: CDI + 1,40% 2ª série: CDI + 1,60% 4ª série: CDI + 1,60%	1ª série: CDI + 0,78% 2ª série: IPCA + 4,85% 3ª série: IPCA + 5,10%
Data de pagamento dos juros	1ª, 2ª e 4ª séries: semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano; o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011.	1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano; o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.
Prazo de amortização	1ª série: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2014. 2ª e 4ª séries: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016.	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série. 2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018. 3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021.
Data de aprovação em AGE	30 de novembro de 2010.	17 de setembro de 2012.
Outras informações	Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Taesa no dia 17 de dezembro de 2010, totalizando R\$815.750 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$4.470, representando 0,05% dos recursos captados. Tais recursos foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas contraídas pelas concessões da Taesa (Novatrans e TSN), com o BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$372.275 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.	Os recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Taesa nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, totalizando R\$2.174.389 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados. Os recursos obtidos na emissão de debêntures, complementado por recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral das notas promissórias de 4ª e 5ª emissões, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas.

Principais cláusulas restritivas	Taesa	
	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
O índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidado, conforme os termos de cálculo definidos no contrato, não deverá ser superior a 3,5. Esse índice será verificado trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora, com base nas práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras/informações trimestrais da Companhia correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.	X	
Não realizar reorganizações societárias que impliquem redução do capital social, exceto por determinação legal.	X	X
Cumprir as obrigações assumidas com outros credores a fim de evitar a decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000 ou seu equivalente em outra moeda.	X	X
Não ser inadimplente em nenhuma dívida financeira ou obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.	X	X
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000 ou seu equivalente em outras moedas.	X	X
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades e manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	X	
Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um impacto adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer evento de reorganização.	X	
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvados pagamentos feitos conforme previsto no artigo	X	

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Principais cláusulas restritivas	Taesa	
	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas em virtude das debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.		
Não realizar alteração no controle acionário direto ou indireto da emissora que resulte em diminuição do "rating" da emissão para um nível equivalente ou inferior a "Aa3" pela Moody's ou nota equivalente conforme avaliação de classificação de risco emitida pelas agências Fitch Ratings ou Standard & Poor's.	X	
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo Poder Concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento.	X	X
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da emissora pela Cemig GT, exceto no caso em que a gestão operacional da emissora seja transferida para a CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela CEMIG.	X	X
Não transferir ou, por qualquer outra forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e as obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas.		X

Em 30 de junho de 2016, as cláusulas restritivas ("covenants") foram cumpridas.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme a movimentação apresentada a seguir:

	31/12/2015	Adições	Baixa	Reversões (a)	30/06/2016
Trabalhistas	291	1.110	(265)	(105)	1.031
Fiscais	737	-	-	-	737
Cíveis	32	3.445	-	-	3.477
Controladora	1.060	4.555	(265)	(105)	5.245
Trabalhistas	-	50	-	-	50
Consolidado	1.060	4.605	(265)	(105)	5.295

(a) As reversões ocorreram em razão do encerramento de diversos processos trabalhistas, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da empresa.

Os valores apresentados anteriormente estão classificados no passivo não circulante possuindo depósito judicial no valor de R\$161 contabilizado do ativo em 30 de junho de 2016. As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas envolvendo discussão de reclamação de horas extras, bem como processos administrativos envolvendo, principalmente, manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Passivos contingentes

	30/06/2016				31/12/2015			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Taesa	2.347	184.397	10.911	197.655	3.978	179.853	19.255	203.086
ATE III	32	6.868	-	6.900	-	9.586	81	9.667
	2.379	191.265	10.911	204.555	3.978	189.439	19.336	212.753

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível para o Grupo Taesa estão relacionadas a riscos fiscais como segue:

Taesa - TSN - referem-se basicamente aos processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil, relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 19.460 em 30 de junho de 2016 (R\$19.371 em 31 de dezembro de 2015).

Taesa - Novatrans - referem-se aos processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$5.289 em 30 de junho de 2016 (R\$5.289 em 31 de dezembro de 2015).

Taesa - ETEO - processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil, relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$108.482 em 30 de junho de 2016 (108.911 em 31 de dezembro de 2015). O principal processo administrativo fiscal é relativo ao auto de infração lavrado em 2012, referente à dedutibilidade, no ano-calendário 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") em decorrência da aquisição da ETEO, no valor aproximado de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil julgou improcedente a impugnação ao auto de infração. Em 21 de novembro de 2012 foi protocolado Recurso Voluntário, que atualmente pende de julgamento. Esse novo fato não alterou a expectativa de perda da causa em questão. Em fevereiro de 2014, a Receita Federal do Brasil lavrou nova autuação em face da Companhia, no valor aproximado de R\$68.737, cujo objeto é semelhante ao da autuação anteriormente mencionada, referindo-se, por sua vez, aos anos-calendários 2009 e 2010.

Em 19 de março de 2014, a Taesa apresentou a impugnação e, em maio, os autos foram encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto. Em 10 de junho de 2014, autos encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Taesa - NTE - processos administrativos fiscais, manifestações de inconformidade e execuções fiscais relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$ 7.578, sendo o valor de R\$5.448 relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$ 7.761 e R\$ 5.448, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015).

Taesa - ATE - manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.150, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$3.855 em 31 de dezembro de 2015). Caso haja perda financeira para a

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Companhia, a mesma acionará a carta fiança emitida como garantia pelo vendedor do Grupo UNISA requerendo o reembolso do respectivo montante conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

Taesa - STE - processos administrativos fiscais, manifestações de inconformidade e execuções fiscais referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.689, sendo o valor de R\$3.047 relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$8.903 em 31 de dezembro de 2015). Caso haja perda financeira para a Companhia, a mesma acionará a carta fiança emitida como garantia pelo vendedor do Grupo UNISA requerendo o reembolso do respectivo montante conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

Taesa - ATE II - processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$2.545, sendo o valor de R\$2.465 relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$8.628 em 31 de dezembro de 2015). Caso haja perda financeira para a Companhia, a mesma acionará a carta fiança emitida como garantia pelo vendedor do Grupo UNISA requerendo o reembolso do respectivo montante conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

Taesa - ATE II e TSN - refere-se ao auto de infração expedido pela ANEEL nº 0027/2015, oriundo da fiscalização realizada a fim de verificar causas e consequências na LT Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí devido a falhas básicas provocadas por queimadas na faixa de servidão no montante de R\$2.401 (R\$3.060 em 31 de dezembro de 2015).

ATE III - processos fiscais originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor de R\$5.183 (R\$5.183 em 31 de dezembro de 2015). Caso haja perda financeira para a Companhia, a mesma acionará a carta fiança emitida como garantia pelo vendedor do Grupo UNISA requerendo o reembolso do respectivo montante conforme contrato de garantia assinado entre as partes. Além disso, a ATE III figura no polo passivo de processo administrativo fiscal que objetiva a glosa de despesas, com a consequente redução da base do prejuízo fiscal e negativa de CSLL para cálculo do imposto diferido ativo, impactando em R\$1.117 o passivo contingente da companhia.

Outros assuntos relevantes

ICMS sobre prestação de serviços - a Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e a outra relativa ao Estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus assessores jurídicos externos, entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remoto, e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
IRPJ e CSLL correntes	(4.383)	(42.693)	(101.244)	(13.664)
IRPJ e CSLL diferidos	(8.394)	(2.768)	34.479	(49.287)
	(12.777)	(45.461)	(66.765)	(62.951)

	Controladora			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
IRPJ e CSLL correntes	(3.393)	(41.437)	(99.111)	(11.073)
IRPJ e CSLL diferidos	(5.827)	4.356	45.354	(35.409)
	(9.220)	(37.081)	(53.757)	(46.482)

	Consolidado			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Lucro antes dos impostos	219.984	285.982	527.657	505.405
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(74.795)	(97.233)	(179.404)	(171.838)
Equivalência patrimonial	17.810	20.215	43.884	40.205
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	524	28.206	22.447	65.812
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	1.279	775	1.370	923
JCP pago	43.654	-	43.654	-
Outros	(1.249)	2.576	1.284	1.947
Despesa de IRPJ e CSLL	(12.777)	(45.461)	(66.765)	(62.951)
Alíquota efetiva	6%	16%	13%	12%

	Controladora			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Lucro antes dos impostos	216.427	277.602	514.649	488.936
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(73.585)	(94.385)	(174.981)	(166.238)
Equivalência patrimonial	22.354	28.117	57.446	56.199
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	(1.690)	25.536	17.758	60.098
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	1.279	775	1.370	923
JCP pago	43.654	-	43.654	-
Outros	(1.232)	2.876	996	2.536
Despesa de IRPJ e CSLL	(9.220)	(37.081)	(53.757)	(46.482)
Alíquota efetiva	4%	13%	10%	10%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e sua controlada indicada na tabela a seguir possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e do Pará e no Distrito Federal. Tais benefícios encerram-se nas datas indicadas na tabela a seguir e possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
Taesa				
TSN (*)	SUDENE	139/2014	BA e GO	31/12/2023

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
Novatrans (*)	SUDAM	207/2014	TO, MA e DF	31/12/2023
Gtesa (*)	SUDENE	143/2014	PB e PE	31/12/2023
Munirah (*)	SUDENE	138/2014	BA	31/12/2023
ATE II Controlada	SUDENE e SUDAM	165/07 e 38/07	TO, PI, MA e BA	31/12/2016
ATE III	SUDAM	60/09	PA e TO	31/12/2018

(*) Em 27 de março de 2015, a Companhia obteve homologação pela Receita Federal dos Laudos Constitutivos emitidos durante o quarto trimestre de 2014, referentes as renovações dos benefícios fiscais das concessões TSN, Munirah, Novatrans e Gtesa, que venceram em 31 de dezembro de 2013, com direito de reconhecimento dos efeitos fiscais retroativos. A Companhia apurou os valores para o ano de 2014 e reconheceu no resultado do 1º trimestre de 2015 o valor de R\$31.480.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de aproximadamente 56,92% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções mencionadas anteriormente.

Benefício fiscal - NTE - em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 323/04, expedido pela SUDENE, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005.

Os incentivos tinham validade até o ano 2013, com as mesmas obrigações e restrições dos laudos constitutivos acima. A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não ter formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NTE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via original do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento. Em que pesem os argumentos alegados no recurso, a NTE anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 323/04.

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto por ela para: (a) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (b) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do pedido, mas por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RJO-I, negou provimento à manifestação de inconformidade.

Em razão disso, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF em 14 de junho de 2013. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, através de seus assessores jurídicos externos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de setembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012) até 31 de dezembro de 2013 (prazo de vigência deste benefício), a Companhia somente usufruirá de tal redução no valor de R\$14.308 após o desfecho do processo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 640.714.069 ações ordinárias e 392.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.500, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previstos em lei ou as disposições do estatuto social da Companhia.

Segue composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Coliseu	228.775.790	35,7%	-	-	228.775.790	22,1%	228.775.790	22,1%
CEMIG	293.072.229	45,7%	155.050.644	39,5%	448.122.873	43,4%	448.122.873	43,4%
Free Float	118.866.050	18,6%	237.732.008	60,5%	356.598.058	34,5%	-	-
	640.714.069	100%	392.782.652	100%	1.033.496.721	100%	676.898.663	65,5%

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

b) Reserva legal - constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social quando acrescido do montante das reservas de capital conforme §1 da referida lei.

c) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e no Distrito Federal. Esses incentivos, no montante de R\$17.758 em 30 de junho de 2016 e R\$39.060 em 31 de dezembro de 2015, foram concedidos pela SUDAM e SUDENE e consistem na redução de imposto de renda, conforme detalhado na nota explicativa nº 17. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente. Outras informações, vide nota explicativa nº17.

d) Reserva especial de ágio - com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O benefício fiscal apurado pela Companhia no período de 1º de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2016, foi de R\$171.638.

e) Remuneração aos acionistas - o estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Destinação do lucro do exercício ratificada pela AGO de 18 de abril de 2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	909.423
Reserva legal (5%)	(45.471)
Reserva de incentivo fiscal	(39.060)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Destinação do lucro do exercício ratificada pela AGO de 18 de abril de 2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício ajustado	824.892
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,39908 por ação ordinária e preferencial em 2015 e R\$0,41208 por ação ordinária e preferencial em 2014 - em R\$)	412.446
Dividendos intercalares pagos (R\$0,24924 por ação ordinária e preferencial em 2015 e R\$0,38704 por ação ordinária e preferencial em 2014 - em R\$)	(257.585)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,23672 por ação ordinária e preferencial em 2015 e R\$0,19062 por ação ordinária e preferencial em 2014 - em R\$)	(244.648)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	(502.233)
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	27.685
Dividendos adicionais propostos (R\$0,31220 por ação ordinária e preferencial em 2015 e R\$0,24650 por ação ordinária e preferencial em 2014 - em R\$)	(474.548)
<u>Resumo das destinações:</u>	
Reservas	(322.659)
Dividendos e Juros sobre capital próprio (R\$0,79816 por ação ordinária e preferencial em 2015 e R\$0,82415 por ação ordinária e preferencial em 2014 - em R\$)	(84.531)
	(824.892)
	(909.423)

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER E A PAGAR

Dividendos e JCP a receber	31/12/2015	Adição (a)	Recebimento	30/06/2016
<u>Controladas em conjunto e coligadas</u>				
ETAU	492	10.553	(389)	10.656
BRASNORTE	3.825	-	-	3.825
EATE	18.445	50.250	(25.942)	42.753
EBTE	4.240	-	(3.185)	1.055
ECTE	-	1.504	(668)	836
ENTE	7.612	17.188	(24.800)	-
ERTE	-	3.581	(3.581)	-
ETEP	3.945	3.323	(7.268)	-
Consolidado	38.559	86.399	(65.833)	59.125
<u>Controladas</u>				
ATE III	18.428	58.988	(77.416)	-
SGT	915	-	-	915
MARIANA	355	(208)	-	147
Controladora	58.257	145.179	(143.249)	60.187

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2015	Adição (a)	Pagamento	30/06/2016
<u>Consolidado e Controladora</u>				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa (b)	4	544.212	(544.212)	4

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados pela AGO, intercalares e aos juros sobre capital próprio a receber, que são apresentados líquidos do imposto de renda retido na fonte. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte. No exercício de 2016 foram revertidos os dividendos obrigatórios da Mariana no valor de R\$208, referentes ao exercício 2014.

(b) Dividendos a pagar a acionistas não controladores, no montante de R\$4 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

Pagamento de dividendos e JCP	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor	Valor por ação ON	Valor por ação PN
JCP (*)	2016	19/05/2016	CA	03/06/2016	128.394	0,13578	0,13578
Dividendos intercalares (*)	2016	19/05/2016	CA	03/06/2016	93.159	0,09014	0,09014
Adicionais propostos	2015	18/04/2016	AGO	28/04/2016	322.659	0,31220	0,31220
					544.212		

(*) Atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2016.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. A Companhia também possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco (a)	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	Tokyo Marine	19/09/15 a 19/09/16	10.000	-	-	115
Risco Operacional	Tokyo Marine	19/10/15 a 19/10/16	-	1.135.585	-	1.647
Seguro Veículos - Frota	Tokyo Marine	23/12/15 a 23/12/16	-	-	100% Tabela FIPE	73
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Liberty Seguros	18/09/15 a 18/09/16	15.000	-	-	27

(a) DM - Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

A controlada Mariana contratou seguro garantia de fiel cumprimento para garantia de indenização, até o valor fixado na apólice, dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão oriundo do edital de leilão nº 013/2013 - ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Valor
Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	J. Malucelli Seguradora S.A	01/04/2014 a 01/07/2017	5.350

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**21.1 Estrutura de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez.

A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

21.2 Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e debêntures, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

21.3 Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
<u>Ativos financeiros</u>				
- Caixa e bancos	1.583	671	1.555	543
<i>Mensurados a valor justo por meio do resultado</i>				
- Equivalentes de caixa	207.191	131.770	198.290	76.144
- Títulos e valores mobiliários	105.909	82.832	72.833	56.783
- Instrumentos financeiros derivativos	-	258.133	-	258.133
<i>Empréstimos e recebíveis</i>				
- Clientes	177.947	178.325	175.518	166.275
- Ativo financeiro de concessão	6.139.003	6.205.183	5.440.788	5.530.834
<i>Mantidos até o vencimento</i>				
- Títulos e valores mobiliários	6.105	5.140	5.305	4.571
	6.637.738	6.862.054	5.894.289	6.093.283
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Mensurados a valor justo por meio de resultado</i>				
- Empréstimos e financiamentos	302.824	619.204	302.824	619.204
- Instrumentos financeiros derivativos	62.889	-	62.889	-
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>				
- Fornecedores	14.065	33.712	12.813	30.528
- Empréstimos e financiamentos	60.595	65.094	44.677	47.950
- Debêntures	3.175.258	2.988.247	3.175.258	2.988.247
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	131.967	144.303	123.745	135.291
	3.747.598	3.850.560	3.722.206	3.821.220

21.4 Risco de mercado

A Companhia e suas controladas tem exposição a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 21.6). A Companhia possui instrumento financeiro derivativo para algumas transações com o objetivo de administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio (vide nota explicativa nº 21.5).

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

21.5 Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possuía 8,6% (R\$302.824) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos e debêntures) atrelada à taxa de câmbio (empréstimos com o Citibank conforme nota explicativa nº 14). Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

conforme detalhado na nota explicativa nº 21.7. A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

21.6 Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas (vide nota explicativa nº 21.8).

21.7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio ("swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI). A Companhia e suas controladas não possuem opções "swaptions", "swaps" com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

Todas as operações vigentes de instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

	"Swap" cambial Citibank - Contrato A	"Swap" cambial Citibank - Contrato B	"Swap" cambial Citibank - Repactuação
Valor de referência (nocional) em 30/06/2016	-	-	US\$ 94.340
Valor de referência (nocional) em 31/12/2015	-	US\$ 156.076	-
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + "Spread": 0,62%) ⁽¹⁾ 1,17647	(Libor 3 meses + Spread: 0,89%) ⁽¹⁾ 1,17647	(Libor 3 meses + Spread: 1,99%) ⁽¹⁾ 1,17647
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	102,00% CDI	103,50% CDI	114,0% CDI
Vencimento em	10/04/2015	11/04/2016	20/09/2019
Ponta ativa	143.062	495.945	302.824
Ponta passiva	(102.552)	(360.547)	(365.713)
"Swap" ativo (passivo) em 30/06/2016 ⁽²⁾	-	-	(62.889)
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2015 ⁽²⁾	-	258.133	-
Valor a receber (a pagar) em 30/06/2016	-	-	(62.889)
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2015	-	258.133	-
Valor justo em 30/06/2016	-	-	(62.889)
Valor justo em 31/12/2015	-	258.133	-
Ganhos (perdas) 01/04/2016 à 30/06/2016	-	-	47.722
Ganhos (perdas) 01/04/2015 à 30/06/2015	(7.200)	(19.809)	-
Ganhos (perdas) 01/01/2016 à 30/06/2016	-	48.079	74.070
Ganhos (perdas) 01/04/2015 à 30/06/2015	15.338	57.240	-

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, decorrente dos instrumentos financeiros derivativos vigentes.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

21.8 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08.

As análises de sensibilidade apresentadas a seguir foram elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Taxa acumulada até 30/06/2016 anualizada	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (i)	14,13%	13,75%	17,19%	20,63%
IPCA (i)	9,03%	7,16%	8,95%	10,74%
Libor (ii)	0,6534%	0,7591%	0,9489%	1,1387%
PTAX - Dólar (i)	3,21	3,20	4,00	4,80

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 29 de julho de 2016.

(ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 29 de julho de 2016.

As análises de sensibilidade efetuadas em 30 de junho de 2016 estão apresentadas a seguir:

Exposição líquida dos instrumentos financeiros sem proteção Risco: alta da taxa de juros	Saldo em 30/06/2016	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a junho de 2016 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<u>Consolidado</u>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	319.204	(560)	4.459	9.404
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	1.126.226	1.976	(15.732)	(33.179)
- IPCA	2.051.088	18.119	750	(16.475)
		19.535	(10.523)	(40.250)

Exposição líquida dos instrumentos financeiros sem proteção Risco: alta da taxa de juros	Saldo em 30/06/2016	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a junho de 2016 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<u>Controladora</u>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	276.430	(485)	3.861	8.144
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	1.126.226	1.976	(15.732)	(33.179)
- IPCA	2.051.088	18.119	750	(16.475)
		19.610	(11.121)	(41.510)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Exposição líquida dos instrumentos financeiros com proteção Risco: alta da taxa de câmbio e juros	Saldo em 30/06/2016	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a junho de 2016 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<u>Controladora e consolidado</u>				
<u>Passivos financeiros (dívida protegida)</u>				
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Libor	302.824	(320)	(895)	(1.470)
- Dólar	302.824	925	(74.550)	(150.025)
<u>Derivativos</u>				
Ponta ativa - Libor	(302.824)	320	895	1.470
Ponta ativa - Dólar	(302.824)	(925)	74.550	150.025
Ponta passiva - CDI	365.713	642	(5.109)	(10.774)
Efeito líquido		642	(5.109)	(10.774)

21.9 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras (conforme detalhado na nota explicativa nº 21.8).

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

21.10 Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Empréstimos e financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	3	5	440.044	2.613.060	1.448.121	4.501.233
Prefixada	884	1.785	7.922	37.468	18.152	66.211
Consolidado	887	1.790	447.966	2.650.528	1.466.273	4.567.444
Pós-fixada	3	5	440.044	2.613.060	1.448.121	4.501.233
Prefixada	647	1.311	5.815	27.451	13.772	48.996
Controladora	650	1.316	445.859	2.640.511	1.461.893	4.550.229

Quanto ao saldo passivo do instrumento financeiro derivativo em 30 de junho de 2016, o respectivo prazo de amortização contratual e os valores a serem amortizados estão detalhados na nota explicativa nº 14.

21.11 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais que a Companhia e suas controladas estão expostas são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas. (vide nota explicativa nº 16).

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e de suas controladas para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

21.12 Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

21.12.1 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	30/06/2016	31/12/2015	Hierarquia do valor justo
Consolidado				
Equivalentes de caixa	4	207.191	131.770	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	21.3	105.909	82.832	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	258.133	Nível 2
<i>Ativos financeiros</i>		313.100	472.735	
Empréstimos e financiamentos	14	302.824	619.204	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	14	62.889	-	Nível 2
<i>Passivos financeiros</i>		365.713	619.204	
Controladora				
Equivalentes de caixa	4	198.290	76.144	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	21.3	72.833	56.783	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	258.133	Nível 2
<i>Ativos financeiros</i>		271.123	391.060	
Empréstimos e financiamentos	14	302.824	619.204	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	14	62.889	-	Nível 2
<i>Passivos financeiros</i>		365.713	619.204	

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

A técnica de avaliação utilizada pelo Grupo Taesa na mensuração do valor justo de seus ativos e passivos financeiros é o fluxo de caixa descontado. Fluxos de caixa futuros são estimados com base em taxas de juros e de câmbio a termo e taxas contratuais a termo, descontadas a uma taxa que reflete o risco de crédito das contrapartes.

Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 30 de junho de 2016.

21.12.2 Valor justo dos instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	30/06/2016		31/12/2015		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Consolidado						
Ativo financeiro de concessão	6	6.139.003	6.415.591	6.205.183	5.816.046	Nível 3
<i>Ativos financeiros</i>		6.139.003	6.415.591	6.205.183	5.816.046	
Debêntures	15	3.175.258	2.908.335	2.988.247	2.677.763	Nível 2
<i>Passivos financeiros</i>		3.175.258	2.908.335	2.988.247	2.677.763	
Controladora						
Ativo financeiro de concessão	6	5.440.788	5.738.126	5.530.834	5.244.856	Nível 3
<i>Ativos financeiros</i>		5.440.788	5.738.126	5.530.834	5.244.856	
Debêntures	15	3.175.258	2.908.335	2.988.247	2.677.763	Nível 2
<i>Passivos financeiros</i>		3.175.258	2.908.335	2.988.247	2.677.763	

Técnicas de avaliação e informações usadas

Ativo financeiro de concessão: no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro de concessão, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro de concessão mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana, taxa livre de risco e o risco Brasil, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos,

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório. Com exceção da 4ª série da 2ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, cujos valores justos foram mensurados com base nessas cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo acima detalhados (nota explicativa 21.3), a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que tem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias ou não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

22. RESULTADO POR AÇÃO

Resultado por ação	Controladora			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Resultado do período	207.207	240.521	460.892	442.454
Resultado do período proporcional às ações ordinárias (1)	128.458	149.110	285.729	274.298
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)	640.714	640.714	640.714	640.714
Resultado do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	78.749	91.411	175.163	168.156
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4)	392.783	392.783	392.783	392.783
Resultado por ação ordinária - básico em R\$ = (1) e (2)	0,20049	0,23273	0,44595	0,42811
Resultado por ação preferencial - básico em R\$ = (3) e (4)	0,20049	0,23273	0,44595	0,42811
Resultado por ação ordinária - diluído em R\$ (**)	0,20049	0,23273	0,44595	0,42811
Resultado por ação preferencial - diluído em R\$ (**)	0,20049	0,23273	0,44595	0,42811

(*) Quantidade em lotes de 1000 ações.

(**) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Remuneração do ativo financeiro de concessão	247.942	312.214	570.150	576.284
Operação e manutenção	124.234	118.868	248.468	237.689
Receita (reversão) de construção e indenização	3.414	7.391	2.874	11.835
Parcela variável (a) e outras receitas	(15.134)	(6.513)	(15.864)	(13.768)
Receita operacional bruta	360.456	431.960	805.628	812.040
PIS e COFINS	(18.211)	(23.655)	(39.361)	(45.242)
ISS	(36)	(26)	(75)	(82)
Encargos setoriais (b)	(18.852)	(16.087)	(37.862)	(31.998)
Deduções da receita	(37.099)	(39.768)	(77.298)	(77.322)
Receita operacional líquida	323.357	392.192	728.330	734.718

Composição da receita operacional líquida	Controladora			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Remuneração do ativo financeiro de concessão	224.969	285.211	517.041	521.004
Operação e manutenção	114.689	110.078	229.378	220.110
Receita (reversão) de construção e indenização	208	4.652	(707)	11.226
Parcela variável (a) e outras receitas	(3.922)	(5.377)	(4.269)	(12.770)
Receita operacional bruta	335.944	394.564	741.443	739.570
PIS e COFINS	(15.370)	(20.028)	(33.143)	(38.081)
ISS	(36)	(26)	(75)	(82)
Encargos setoriais (b)	(17.834)	(15.146)	(35.719)	(30.116)
Deduções da receita	(33.240)	(35.200)	(68.937)	(68.279)
Receita operacional líquida	302.704	359.364	672.506	671.291

(a) Parcela Variável - PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. Para registro contábil de provisão de indisponibilidades, é lançada a provisão a débito da conta de receita dedução "Parcela Variável - Provisão" e a crédito da conta mercado interno - "Cliente ONS". Quando há o efetivo desconto da indisponibilidade ocorrida, é contemplada uma linha no AVC referente ao valor a ser descontado. Esse valor é revertido na contabilização feita anteriormente e contabilizada a débito na(s) conta(s) como sendo PV *programada e/ou não programada* e a crédito da conta de receita por disponibilidade da rede elétrica.

(b) Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Receita operacional bruta	360.456	431.960	805.628	812.040
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(33.250)	(73.893)	(117.591)	(188.460)
Receita operacional bruta tributável	327.206	358.067	688.037	623.580

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Controladora			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Receita operacional bruta	335.944	394.564	741.443	739.570
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	8.967	(99.474)	(55.099)	(129.468)
Receita operacional bruta tributável	344.911	295.090	686.344	610.102

24. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

A Companhia e suas controladas apresentam a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas com base na sua função. A natureza dos principais custos e despesas é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: custos de aquisição de materiais utilizados na fase de construção e na manutenção das linhas de transmissão (vide nota explicativa nº 6).

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância e serviços de engenharia.

Outros custos operacionais: custos com aluguel, combustível, seguros, reembolso de custos e perda na alienação de bens.

Despesas com serviços de terceiros: despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação, manutenção de veículos, viagens e auditoria.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: despesas com taxas, contribuições, aluguel, indenizações, doações, patrocínios e compensação ambiental.

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Rendimentos de aplicação financeira	13.655	15.815	26.089	26.028
Receitas financeiras	13.655	15.815	26.089	26.028
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	36.493	15.499	79.496	(97.284)
Debêntures	(100.555)	(119.760)	(216.485)	(253.510)
Ganho (perda) nos instrumentos financeiros derivativos	(47.722)	(27.009)	(122.149)	72.578

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	(111.784)	(131.270)	(259.138)	(278.216)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.738)	(92)	(605)	(750)
Despesas financeiras	(113.522)	(131.362)	(259.743)	(278.966)
	(99.867)	(115.547)	(233.654)	(252.938)

	Controladora			
	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015
Rendimentos de aplicação financeira	12.531	13.487	22.057	22.280
Receitas financeiras	12.531	13.487	22.057	22.280
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	36.594	15.616	79.702	(97.048)
Debêntures	(100.555)	(119.760)	(216.485)	(253.510)
Ganho (perda) nos instrumentos financeiros derivativos	(47.722)	(27.009)	(122.149)	72.578
	(111.683)	(131.153)	(258.932)	(277.980)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.634)	143	(494)	(615)
Despesas financeiras	(113.317)	(131.010)	(259.426)	(278.595)
	(100.786)	(117.523)	(237.369)	(256.315)

26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012, foi aprovada a implantação de um Plano de Previdência Privada para os empregados da Companhia e de suas controladas a partir de abril de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. O plano é extensivo a todos os empregados da Companhia e de suas controladas, representando um importante alinhamento às melhores práticas de remuneração do mercado como instrumento de atração, manutenção e retenção de talentos. Em abril de 2012, foi iniciada a campanha interna do plano de previdência privada. Em 30 de junho de 2016, a adesão era de 83,1% (84% em 31 de dezembro de 2015) do quadro efetivo de empregados que participava do Plano Taesaprev.

As contribuições da Companhia são especificadas de acordo com as regras do plano, sendo essas obrigações liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos acionistas do bloco de controle da Companhia. A única obrigação da Companhia com respeito ao plano de previdência privada é fazer as devidas contribuições.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Vide custos e despesas totais incorridos pela Companhia na nota explicativa nº 13.

27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, Munirah, GTESA, Patesa, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da SE de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE e ENTE (manutenção da SE de Açailândia), ETSE e Brasnorte.
Realizada pela Eletronorte	EATE, ENTE, ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda a concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Operação e manutenção	Concessões
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU
Realizada pela Cemig GT	ESDE e SGT

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas investidas				
Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento
Taesa (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/2003 (incorporada pela 384/2004)	23/05/2003	06/09/2021
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	359/2003 (incorporada pela 384/2004)	17/11/2003	06/09/2021
Taesa (TSN)	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/2004	15/04/2004	06/09/2021
	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	30/10/2008	30/10/2014 (a)
	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010 (b)
Taesa (TSN)	Goianinha - Mussurú (Concessão Gtesa)	339/2003	21/08/2003	26/06/2025
	Paraíso - Açú (Concessão Patesa)	2013-006944/TEC-RLO 1927	28/04/2016	28/04/2019
Taesa (ETEO)	Ampliação da SE Sapeaçu	1156/2013	15/09/2014	19/05/2022
Taesa (NTE)	Taquaraçu - Sumaré	00089/2001	18/10/2001	13/06/2014 (c)
Taesa (ATE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	30/09/2003	23/12/2025
Taesa (ATE)	Xingó - Angelim	350/2003	30/09/2003	23/12/2025
Taesa (STE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022
Taesa (ATE II)	Uruguaiana - Santa Rosa	4365/2008-DL	26/09/2012	26/09/2016
ATE III	Colinas - Sobradinho	579/2006	30/11/2006	01/02/2026
ETAU	Itacaiunas - Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012 (a)
	Marabá - Carajás	5123/2010	26/10/2010	25/10/2014 (d)
Brasnorte	Campos Novos - Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021
EATE	Juba - Jauru	312086/2015	12/11/2015	11/11/2018
	Brasnorte - Nova Mutum	311067/2015	11/02/2015	10/02/2018
ENTE	Tucuruí - Presidente Dutra	288/2002	16/07/2009	16/07/2015 (e)
Lumitrans	Tucuruí - Açailândia	426/2005	29/08/2012	28/08/2018
EBTE	Machadinho - Campos Novos	657/2007	27/02/2015	26/02/2021
	Juína - Brasnorte	302381/2011	29/08/2014	31/08/2017
	Juba - Brasnorte	307698/2013	01/10/2013	30/09/2016
	Parecis - Brasnorte	307467/2013	03/09/2013	02/09/2016
STC	N. Mutum - Sorriso - Sinop	308393/2014	10/01/2014	09/01/2017
	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	171/2009	09/09/2009	09/09/2013 (f)
	SE - Lages	7247/2012	09/08/2012	09/08/2016
ERTE	SE - Rio do Sul	065/2010	07/05/2010	07/05/2014 (f)
	Vila do Conde - Castanhal - Santa Maria	6904/2012	02/07/2012	01/07/2016
ECTE	Campos Novos - Blumenau	7649/2011	07/11/2011	07/11/2015 (f)
ESEP	Vila do Conde - Tucuruí - Barcarena	5084/2010	10/11/2010	09/11/2014 (d)
ESDE	SE - Santos Dumont	0657/2012	27/08/2012	27/08/2016
Transleste	SE - Montes Claros - SE - Irapé	177/2009	17/12/2009	17/12/2015 (g)
Transudeste	SE - Itutinga	571/2011	25/07/2011	25/07/2019
	SE Juiz de Fora			
Transirapé	SE - Irapé	077/2011	15/06/2011	30/03/2017
	SE - Araçuaí 2			
ETSE	LTs 525 KV SE - Abdon Batista	8174/2014	12/11/2014	11/11/2018
	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	8166/2014	12/11/2014	11/11/2018
	SE - Gaspar	8016/2014	07/11/2014	06/11/2018
	LT Blumenau - Biguaçu	8179/2014	12/11/2014	11/11/2018

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação.
- (c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação.
- (d) Renovação solicitada à SEMA - PA e válida até sua manifestação.
- (e) Renovação solicitada à SEMA - MA e válida até sua manifestação.
- (f) Renovação solicitada à FATMA - SC e válida até a sua manifestação.
- (g) Renovação solicitada à SUPRAM - MG e válida até a sua manifestação.

Compensação ambiental - os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do órgão ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos.

As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar". Vide nota explicativa nº 12.b.

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - em 5 de julho de 2012, a SGT celebrou o contrato com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), no valor de R\$27.763, com o objetivo de fornecer, na modalidade "turn key", equipamentos elétricos do pátio da subestação, peças sobressalentes, projeto civil, eletromecânica, materiais de montagem, montagem eletromecânica, obras civis e supervisão de montagem, na subestação de São Gotardo II. Os custos desse contrato foram reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos, mensurados com base no estágio de construção da subestação.

A Toshiba ofereceu garantia técnica contra qualquer defeito de fabricação, oculto dos equipamentos ora fornecidos e das instalações abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços, objeto do contrato assinado em 5 de julho de 2012, pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial dos equipamentos. Em 22 de março de 2013 foi assinado o primeiro termo aditivo para o referido contrato.

Em 18 de março de 2014, os equipamentos objeto do contrato iniciaram a operação comercial, sendo que posteriormente em 12 de maio de 2014, a SGT encaminhou uma correspondência para a Toshiba referente a emissão do Certificado de Aceitação Provisória ("CAP"). O Certificado de Aceitação Definitivo do contrato deverá ser emitido após 24 meses do início da operação comercial.

Em 24 de fevereiro de 2015, a SGT assinou um termo de quitação e encerramento e aditivos celebrado com a Toshiba e obteve o aceite da Toshiba em relação a aplicação da penalidade prevista no contrato, referente ao atraso na conclusão da obra que acarretou em atraso na energização e entrada em operação da subestação. A penalidade foi aplicada em forma de retenção do pagamento a Toshiba no montante de R\$2.047 mil reconhecido como redutor do ativo financeiro de concessão da Companhia decorrente do menor custo incorrido para a construção da Linha de Transmissão SE São Gotardo II - MG, na data de recebimento do referido instrumento de quitação e encerramento em contrapartida a uma redução do saldo de fornecedores a pagar.

Arrendamento operacional

A Companhia incorreu em gastos com aluguel do seu escritório corporativo no período findo em 30 de junho de 2016 no montante de R\$1.354 e R\$677 no período de 1º de abril à 30 de junho de 2016 (R\$1.733 em 30 de junho de 2015 e R\$867 no período de 1º de abril à 30 de junho de 2015). O contrato de aluguel é pago em reais e reajustado anualmente com base no IGP-M. Em 11 de dezembro de 2015, após a renegociação, o contrato de locação passou a ter o prazo de 120 meses, com vencimento em 1º de janeiro de 2026. A Companhia não tem a opção de adquirir o imóvel arrendado depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Até 1 ano	de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2.709	11.963	14.220	28.892

28. EVENTOS SUBSEQUENTESAumento de capital social nas coligadas ENTE, EATE e EBTE

Investida	Data	Evento	Aprovação	Resumo do evento
ENTE	11/07/2016	Aumento de capital social	Acionistas	Aumento do capital social de R\$239.655 para R\$258.478, decorrente da fruição da redução de 75% do Imposto de Renda no valor total de R\$18.823, que se encontrava na conta de Reserva de Incentivo Fiscal, sem alteração da quantidade de ações subscritas.
EATE	11/07/2016	Aumento de capital social	Acionistas	Aumento do capital social de R\$495.627 para R\$531.544, decorrente da fruição da redução de 75% do Imposto de Renda no valor total de R\$35.917, que se encontrava na conta de Reserva de Incentivo Fiscal, sem alteração da quantidade de ações subscritas.
EBTE	11/07/2016	Aumento de capital social	Acionistas	Aumento do capital social de R\$263.058 para R\$267.277, decorrente da fruição da redução de 75% do Imposto de Renda no valor total de R\$4.219, que se encontrava na conta de Reserva de Incentivo Fiscal, sem alteração da quantidade de ações subscritas.

* * * *

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE JUNHO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Diretoria	
Diretores	Cargo
João Procópio Campos Loures Vale	Diretor Presidente
Marcus Pereira Aucélio	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
João Procópio Campos Loures Vale	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Luciano de Araujo Ferraz	Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Allan Kardec de Melo Ferreira (Indicado pela CEMIG)	Eduardo Lucas Silva Serrano (Indicado pela CEMIG)
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva (Indicado pela CEMIG)	João Paulo Dionisio Campos (Indicado pela CEMIG)
Oscar Santos de Faria (Indicado pela CEMIG)	Roberto Schafer de Castro (Indicado pela CEMIG)
Paulo de Moura Ramos (Indicado pela CEMIG)	Luiz Antonio Vicentini Jorente (Indicado pela CEMIG)
Antônio Carlos de Andrada Tovar (Indicado pela CEMIG)	Flávio de Almeida Araújo (Indicado pela CEMIG)
Bruno José Albuquerque de Castro (Indicado pelo FIP Coliseu)	Roberta da Rocha Miranda Lopes Borio (Indicado pelo FIP Coliseu)
Carlos Roberto Cafareli (Indicado pelo FIP Coliseu)	Antônio Pedro da Silva Machado (Indicado pelo FIP Coliseu)
Ponciano Padilha (Indicado pelo FIP Coliseu)	Marco Adiles Moreira Garcia (Indicado pelo FIP Coliseu)
Jorge Kalache Filho (Indicado pelo FIP Coliseu)	Jarbas Antônio de Biagi (Indicado pelo FIP Coliseu)
Jorge Raimundo Nahas (Independente)	Stênio Petrovich Pereira (Independente)
Carlos Augusto Derraik (Independente)	Antonio Affonso Mac Dowell Leite de Castro (Independente)

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Marilia Carvalho de Melo (Indicado pela CEMIG)	Aluísio Eustáquio de Freitas Marques (Indicado pela CEMIG)
Antônio de Pádua Ferreira Passos (Indicado pela CEMIG)	Rodrigo de Oliveira Perpétuo (Indicado pela CEMIG)
Mozart Bandeira Arnaud (Indicado pelo FIP Coliseu)	Pedro Marcelo Luzardo Aguiar (Indicado pelo FIP Coliseu)
Nilton Roberto Pinheiro (Indicado pelo FIP Coliseu)	Maria Luiza Garcia Pereira (Indicado pelo FIP Coliseu)
Alexandre Pedercini Issa (Minoritários)	Ronald Gastão Andrade Reis (Minoritários)

**Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49**

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos

Contador

CRC 1RJ 093.376/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, o qual inclui uma Demonstração do Valor Adicionado, referentes ao 2º trimestre de 2016, findo em 30 de junho de 2016. Após verificarem os documentos acima mencionados, e, considerando, também, o disposto no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos seus auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Empresa, em todos os seus aspectos relevantes, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2016

Marília Carvalho de Melo

Membro Titular

Antônio de Pádua Ferreira Passos

Membro Titular

Mozart Bandeira Arnaud

Membro Titular

Maria Luiza Garcia Pereira

Membro Suplente

Alexandre Pedercini Issa

Membro Titular

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2016, findo em 30 de junho de 2016, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2016.

João Procópio Campos Loures Vale

Diretor Presidente e Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Técnico

Luciano de Araujo Ferraz

Diretor Jurídico e Regulatório

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 2º trimestre de 2016, findo em 30 de junho de 2016, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2016.

João Procópio Campos Loures Vale

Diretor Presidente e Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Técnico

Luciano de Araujo Ferraz

Diretor Jurídico e Regulatório